

IAOD da Deputada Lei Cheng I em 14.07.2025

Optimizar o apoio aos idosos, grupos vulneráveis e cuidadores, para melhorar o bem-estar da população

Recentemente, o Governo anunciou o aumento dos valores das prestações no âmbito do regime da segurança social, incluindo a pensão para idosos e a pensão de invalidez, com efeitos retroactivos a partir de 1 de Janeiro deste ano, sendo que a diferença dos valores será atribuída em Julho, e, ao mesmo tempo, os trabalhos relativos aos serviços de apoio a idosos serão aperfeiçoados. Espero que o Governo continue a lançar medidas de apoio que beneficiem os idosos, os grupos vulneráveis e os cuidadores, para elevar a sua qualidade de vida e o seu sentimento de felicidade.

Primeiro, o Governo deve otimizar o mecanismo de aumento da pensão para idosos. Muitos idosos queixam-se da pressão económica que estão a sentir, nomeadamente devido às elevadas despesas com a saúde e a alimentação. O aumento da pensão para idosos, uma vez ao fim de vários anos, só vem demonstrar as insuficiências do respectivo mecanismo. Há meses, em resposta a uma questão que coloquei na sessão de perguntas e respostas na Assembleia Legislativa, o Chefe do Executivo, Sam Hou Fai, afirmou que ia prestar apoio específico aos grupos vulneráveis e aos idosos. Espero que o Governo aperfeiçoe, quanto antes, o mecanismo de actualização da pensão para idosos, conclua a avaliação do índice de preços no consumidor para idosos e promova a indexação dessa pensão ao índice mínimo de subsistência, de modo a que o aumento da pensão acompanhe de perto o nível básico de vida dos idosos. Há ainda que concretizar mais medidas de garantia para melhorar a qualidade de vida dos idosos e dos portadores de deficiência.

Face ao agravamento do envelhecimento da população de Macau, é premente reforçar os serviços de apoio aos idosos, aos grupos vulneráveis e aos cuidadores. Quanto ao melhoramento dos serviços de apoio a idosos, muitos residem nos edifícios antigos, tendo dificuldades nas deslocações devido à diminuição das suas capacidades físicas, o que afecta a sua qualidade de vida, e muitos deles não conseguem suportar as despesas de utilização das residências para idosos, por isso, não as arrendam. Espero que o Governo continue a avaliar e a fazer o levantamento das necessidades dos idosos, a reduzir, adequadamente, as rendas, a lançar mais descontos, e a desenvolver o serviço de cantinas para idosos noutros bairros comunitários, a fim de lhes facilitar a vida.

Além disso, o Governo coopera com as instituições de serviço social na prestação de vários tipos de serviços, nomeadamente, lares, serviços comunitários e domiciliários para idosos. Assim, sugiro ao Governo que avalie, de forma contínua, as vagas dos lares de idosos e dos serviços de acolhimento temporário diurno, para reduzir o tempo de espera. O Governo deve ainda reforçar os cuidados domiciliários e melhorar o mecanismo de avaliação e os tipos de serviços. Face aos desafios da sociedade envelhecida, o Governo deve aumentar os recursos para estabilizar o pessoal médico e de enfermagem, melhorar o regime de subsídios ao pessoal e a distribuição dos recursos humanos, bem como promover a aplicação da tecnologia para idosos, a fim de apoiar a qualidade dos cuidados com os idosos.

Por outro lado, desde Dezembro de 2023 que são apresentadas candidaturas regulares ao subsídio para cuidadores. A sociedade espera que as autoridades alarguem o âmbito dos beneficiários e procedam ao reajustamento adequado do montante do subsídio em função da situação económica familiar, de modo a aliviar a pressão financeira dos cuidadores a tempo integral. Face às pressões físicas e psicológicas prolongadas que os cuidadores enfrentam, sugiro a integração e a optimização dos recursos existentes, através da criação de uma “plataforma de apoio integral aos cuidadores” e um mapa de recursos que disponibilize informações sobre cuidados, apoio psicológico, serviços de descanso e políticas facilitadoras de reinserção no mercado de trabalho, entre outros, estabelecendo, deste modo, um mecanismo de apoio e protecção mais abrangente, que promova o acesso a direitos e garantias de vida mais adequadas aos idosos, grupos vulneráveis e cuidadores.

Por fim, aproximando-se o termo da presente legislatura da Assembleia Legislativa, importa referir que, embora estes quatro anos tenham sido marcados pelos momentos difíceis da epidemia, a sociedade superou inúmeras dificuldades graças a um esforço colectivo. Perante os múltiplos desafios decorrentes do desenvolvimento económico-social e do processo de reconversão industrial, torna-se ainda mais imperativo um esforço conjunto de toda a sociedade para resolver os diversos problemas relacionados com o bem-estar da população, promover o desenvolvimento económico de Macau, estabilizar o emprego e melhorar a qualidade de vida da população. Espero que o Governo, para além de envidar esforços na revitalização económica e na promoção do seu desenvolvimento de alta qualidade, aproveite bem as receitas e as reservas financeiras, alocando mais recursos da RAEM à optimização do desenvolvimento urbano, ao melhoramento das condições de vida dos cidadãos e ao aperfeiçoamento dos mecanismos de segurança social, conciliando, deste forma, o desenvolvimento e a solidariedade, com vista a alcançar os objectivos governativos de reforçar o sentimento de segurança, realização e bem-estar dos cidadãos.

IAOD do Deputado Leong Sun Iok em 14.07.2025

Desafios e reconversão dos vendilhões dos mercados de Macau

Os mercados municipais não são apenas locais de compra para os residentes, tendo também passado nos últimos anos a ser locais de visita frequentados pelos turistas. No entanto, os vendilhões nos mercados e nas zonas de vendilhões têm enfrentado grandes desafios nos últimos anos devido à popularização do serviço de entrega de comida e de compras *online*, à pouca diversidade dos seus produtos e às mudanças dos hábitos de vida e dos modelos de consumo. Existem agora em Macau mais de 200 bancas desocupadas em 9 mercados municipais e mais de 100 bancas de vendilhões desocupadas.

Os vendilhões nos mercados enfrentam dois grandes desafios. O primeiro é: os actuais operadores têm uma idade avançada, os produtos vendidos são convencionais, mas, como os hábitos de consumo mudaram e o Governo não realiza o concurso público de forma regular, os vendilhões acabam por abandonar os seus negócios e ninguém quer entrar, portanto, a taxa de desocupação mantém-se elevada. O segundo é: os operadores nos mercados e nas zonas de vendilhões deparam-se, em geral, com um âmbito e área limitada de exploração. Por exemplo, não é possível vender produtos turísticos nos mercados e nas zonas de vendilhões nas zonas turísticas; e os tipos de produtos alimentares frescos e vivos vendidos nos mercados são pouco diversificados, tudo isto limitando muito a sua capacidade de resposta às mudanças do mercado e o seu potencial de exploração diversificada. Segundo alguns vendilhões, a pequena dimensão das suas bancas limita os tipos de produtos vendidos, o que resulta em custos mais elevados, devido à quantidade reduzida de produtos comprados aos grossistas.

Com o desenvolvimento social, os turistas estão cada vez mais interessados em consumir em mercados municipais e em experimentar a cultura local, e as tendas de comida de alguns desses mercados já se transformaram em pontos de interesse turístico, por isso, é premente a sua revitalização e transformação. Como a média de idades dos vendilhões é elevada, se perderem as suas condições de exploração, dificilmente conseguem reintegrar-se no mercado de trabalho. Espera-se que o Governo proceda a um estudo sistemático sobre os mercados e as zonas de vendilhões, defina planos e implemente uma série de medidas de promoção, incentivo e apoio, para revitalizar os mercados, promover o desenvolvimento sustentável do sector e apoiar a auto-subsistência dos vendilhões.

Nos últimos anos, o IAM tem promovido activamente o plano de revitalização do mercado da Taipa e, ao mesmo tempo, as obras de revitalização do mercado de Coloane e de renovação do mercado de Toi San. Quer a praça gastronómica do mercado do Patane, quer a transformação de algumas zonas do mercado da Taipa em estabelecimentos de comidas ligeiras, culturais e criativos, cafés, etc., o respectivo concurso de tendas obteve uma resposta muito positiva, o que demonstra que a sociedade tem forte interesse no novo modelo de exploração, que pode oferecer novas oportunidades aos jovens empreendedores, e que pode trazer, através da introdução de novas ideias e novos modelos de negócios, nova vitalidade e nova fisionomia aos mercados tradicionais.

Mais, os mercados de Macau sofreram restrições notórias na importação de produtos alimentares frescos e vivos, pois vários produtos alimentares frescos e vivos que são muito comuns no Interior da China e populares entre os residentes, como as carnes frescas de carneiro, ganso, porco de pêlo preto, diversas espécies de galinhas, ou até porco de pêlo preto de Guizhou, muito elogiado nos projectos-piloto do ano passado, dificilmente se encontram nos nossos mercados. Isto não porque os vendilhões não os queiram dar, mas, sim, devido às restrições do mercado. Já quanto ao Interior da China, há vários tipos de produtos alimentares frescos e vivos, o que também é um dos principais motivos pelos quais os residentes optam por lá ir.

Assim, com a integração profunda de Macau no enquadramento do desenvolvimento nacional, espera-se que Macau aproveite bem o apoio do Interior da China e os mecanismos de cooperação da Grande Baía, interligando as cadeias de fornecimento dos produtos alimentares diversificados, a fim de satisfazer a procura dos residentes em relação aos produtos alimentares diversificados e de qualidade, e de injectar uma nova dinâmica para os vendilhões dos mercados, dando-lhes um espaço mais alargado de negócio e promovendo a optimização, reconversão e rejuvenescimento dos vendilhões.

IAOD do Deputado Ma Chi Seng em 14.07.2025

Promover a cultura de leitura para todos e fomentar um ambiente de leitura por toda a cidade

Nos últimos anos, o Governo tem-se empenhado em promover uma cultura de leitura para todos. Para além da melhoria contínua das instalações e orientações de leitura, responde, activamente, ao objectivo do “Dia Mundial do Livro em 23 de Abril” mediante a organização de diversas actividades de leitura. Há dias, vários serviços públicos e associações coorganizaram o evento “Mês de Leitura Conjunta em Toda a Cidade de Macau, 2025” para promover o conceito de “a leitura enriquece a vida” e construir, em conjunto, uma “cidade de leitura”.

Segundo os resultados do “Inquérito sobre a Biblioteca Pública de Macau” realizado em 2024, o volume global de leitura dos residentes de Macau situa-se a um nível médio, mas o tempo médio de leitura diária é inferior ao de outras cidades, com uma concentração de 30 minutos, e menos de 20 por cento dos inquiridos leram durante mais de uma hora. Num contexto de transformação social acelerada, cultivar o hábito de aprendizagem ao longo da vida, assinalado por “gostar de ler, ter interesse e bons hábitos de leitura”, tem múltiplos valores estratégicos. Por um lado, a leitura sistemática pode aumentar os conhecimentos e reforçar a competitividade; ao mesmo tempo, pode também aliviar a pressão psicológica e cultivar capacidades de reflexão aprofundada. Por outro lado, a leitura é também uma forma importante de transmitir valores humanos e melhorar as qualidades dos residentes.

Assim, quanto à criação de hábitos de leitura e de um ambiente social de leitura, e à construção de uma “Cidade de leitura”, apresento as seguintes três sugestões:

Primeiro, aperfeiçoamento contínuo das acções de divulgação e promoção da leitura, reforçando, em especial, a divulgação das actividades e políticas de leitura. Nos últimos anos, o número de participantes em actividades como o Dia de Leitura Conjunta, o Mês de Leitura Conjunta e a Semana da Biblioteca tem vindo a aumentar, atraindo este ano cerca de 100 mil pessoas, mas ainda há alguns cidadãos que desconhecem estas actividades. Espero que, no futuro, o Dia de leitura e as actividades de leitura possam ser promovidos, amplamente, em mais espaços públicos, através dos vários meios de comunicação, e junto de diferentes grupos sociais, aumentando efectivamente a participação dos cidadãos.

2. Criar um mecanismo permanente de apoio à leitura para orientar os cidadãos na formação de hábitos de leitura ao longo da vida. Apesar das ditas actividades serem anuais, a leitura deve integrar-se no nosso quotidiano. O Governo deve reforçar a divulgação e a realização contínua das diversas actividades de leitura, designadamente as mais acolhidas pelos cidadãos como a iniciativa “Trocar um livro por outro”, e das actividades destinadas a famílias, adoptando medidas diferenciadas para os diversos grupos sociais, nomeadamente orientando, com precisão, os jovens para o fomento dos hábitos de leitura profunda, incentivando os trabalhadores a aproveitarem ao máximo o tempo livre para a leitura e apoiando os idosos na adaptação às novas tecnologias e ferramentas de leitura,

com vista a criar, de forma multidimensional, um ambiente sociocultural de “leitura a qualquer momento e em qualquer lugar”.

3. Com base no posicionamento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base”, importa aproveitar a vantagem de Macau, enquanto local de convergência das culturas oriental e ocidental, para construir uma marca de leitura universal com características próprias. Hoje em dia, as diversas cidades têm vindo gradualmente a formar as suas próprias marcas de leitura, tais como: “Temporada de Leitura em Pequim” e “Xangai, um ambiente convidativo à leitura”, assim como os eventos de grande escala como a Feira do Livro de Hong Kong e as actividades de leitura em Taiwan que se destacam pela sua diversidade e inovação. Este ano, o “Mês de Leitura Conjunta” de Macau combinou, de forma inovadora, a leitura com o desporto, atraindo a participação da sociedade. O Governo deve aprofundar os temas transectoriais, conjugando as características multiculturais de Macau para integrar a leitura no âmbito da “Cidade da Gastronomia”, “Cidade do Espectáculo” e “Cidade do Desporto”, e em articulação com as cidades da Grande Baía e os países de língua portuguesa, de modo a proporcionar aos cidadãos e turistas actividades e produtos de leitura mais ricos, diversificados e dinâmicos, enriquecendo, assim, o conteúdo da “Uma Base” através da criação de uma marca de leitura com características próprias que contribua para valorizar o cartão-de-visita de Macau e melhorar a imagem da cidade.

IAOD do Deputado Lei Chan U em 14.07.2025

Não esquecer a intenção inicial, para cumprir a missão

O Chefe do Executivo afirmou que o máximo objectivo da acção governativa é satisfazer as expectativas da população em relação a uma vida melhor. O aumento contínuo da sensação de realização, de felicidade e de segurança dos residentes tem sido filosofia, intenção inicial e missão de todos os mandatos do Governo.

Segundo o “Comentário de Zuo”, deve-se “pensar em crises na era da paz, para estar preparado para o pior cenário”. Volvidos mais de 25 anos desde o retorno de Macau à Pátria, a causa de “Um País, Dois Sistemas” logrou êxitos notáveis a nível mundial, mas devemos ter em conta os riscos e os desafios por detrás do sucesso. Macau encontra-se numa fase crucial de reestruturação económica, com uma retoma desequilibrada, incertezas externas e crescentes factores de instabilidade. Não podemos ignorar os riscos e desafios, e os residentes têm muitas novas exigências e expectativas para uma vida melhor. Tudo isto requer coragem e compromisso do Governo. “Para um governo, não há maior virtude do que amar o povo, e não há pior actuação do que prejudicar a população”. O Governo nunca deve ficar inerte, nem agir lento, cego ou falso. Tem de actuar com determinação e ambição, para alcançar, com o apoio de todos os sectores, um novo salto e esplendor de Macau.

Segundo a “Arte de Guerra” de Sun Tzu, “ganha quem conta com a união entre o Governo e o povo”, por outras palavras, “prosperam os unidos”. Quanto mais complexa for a situação, mais unidos estaremos. Macau é uma sociedade associativa, com cerca de 12 300 associações, que servem de ponte entre o Governo e a população. Qual é a intenção inicial e a missão das associações? “Quando a camada de base é forte, o país também o é, quando a camada de base é segura, tudo debaixo do céu o é”. Daí a importância e a necessidade de as associações evoluírem, se regenerarem, reforçarem a credibilidade, e se fortalecerem, para unir melhor a população, servir os residentes, em prol do seu bem-estar, ser conhecedoras, zeladoras e defensoras dos interesses públicos, e interlocutoras entre a sociedade e o Governo, transmitindo-lhe o que diz e pensa a sociedade, após a recolha, levantamento e análise das informações. Isto, para o Governo se inteirar das dificuldades e preocupações dos residentes, e lançar políticas e medidas fundamentadas na vontade da população. As associações devem ser actores, supervisores e conselheiros para a acção governativa.

Com efeito, para resolver os problemas sociais, ninguém deve ser espectador, pois todos têm responsabilidade. Como afirmam os “Comentários de um eremita”, “o alto voo da ave mítica não depende duma pena, e o célere galope do cavalo lendário não provém duma pata”. A missão das gentes de Macau é a de construir uma região administrativa especial de excelência. As gentes de Macau têm sempre o espírito de luta e, como cantam os fuquianenses, “quem luta, conseguirá”. Persistindo no amor pela Pátria, por Macau e pelo lar, e contando com o apoio do Governo Central e a sólida base criada ao longo dos vinte e tal anos da RAEM, todos unidos, Macau tem todas as condições e capacidade para resolver quaisquer problemas no seu desenvolvimento, e tecer incansavelmente novos capítulos da prática bem-sucedida de “Um País, Dois Sistemas” com características de Macau,

contribuindo com sabedoria e força para a modernização ao estilo chinês, a construção de um país poderoso e o rejuvenescimento da nação.

Senhor Presidente, caros colegas,

Há 8 anos, quando entrei nesta casa parlamentar na qualidade de deputado eleito por sufrágio indirecto pelo sector do trabalho, assumi como missão e objectivo salvaguardar os direitos e interesses laborais dos residentes, melhorar a qualidade do emprego e reforçar a protecção dos idosos. Ao longo destes oito anos, nunca me esqueci da minha aspiração inicial e exerci empenhadamente as minhas funções, e trabalhei com todos para o Governo aperfeiçoar as políticas e medidas, incluindo as leis e regulamentos laborais. A presente sessão legislativa está a terminar e vou despir o meu papel de Deputado. Nesta marcha, foi impossível alcançar a perfeição, mas fiz o meu melhor e tudo o que estava ao meu alcance, por isso, estou de consciência tranquila. No futuro, não importa que papel desempenhar, nunca vou esquecer a intenção inicial e vou ter sempre presente a missão, no sentido de contribuir, como sempre, com as minhas sugestões, para a melhoria dos direitos e interesses laborais, a elevação da qualidade do emprego dos residentes e a diversificação adequada da economia de Macau, e dedicar o meu humilde esforço à prosperidade e estabilidade duradoura de Macau, e à implementação estável e firme do Princípio “Um País, Dois Sistemas”.

“Tenho tanto no coração, mas o silêncio o dirá”. Agradeço o cuidado e o apoio dos residentes e jornalistas. Vou ter saudades dos dias em que trabalhei com o Senhor Presidente e os queridos colegas da Assembleia Legislativa...

A todos, desejo a concretização das aspirações e sucesso!

Muito obrigado!

IAOD do Deputado Lam Lon Wai em 14.07.2025

Liderar os jovens a integrarem-se na Zona de Cooperação Aprofundada e alargar a plataforma para o crescimento e a prática profissional dos mesmos

Recentemente, foi divulgado o “Plano de desenvolvimento industrial da Zona de Cooperação Aprofundada entre Guangdong e Macau em Hengqin (2025-2029)”, no qual se propõe a construção de uma “ilha saudável, ilha dinâmica, ilha digital, ilha de riqueza”, bem como a construção de um novo modelo de sinergia em que as indústrias possam utilizar a plataforma Macau, os recursos internacionais, o espaço de Hengqin e a partilha dos resultados, proporcionando aos jovens um novo palco de desenvolvimento. Nos próximos cinco anos, a Zona de Cooperação Aprofundada continuará a promover as “quatro novas indústrias”, esperando-se criar uma maior participação social, voluntariado, e oportunidades de emprego e de estágio, para ajudar os jovens a alargarem a sua visão e carreira profissional.

Assim, devemos concentrar-nos na orientação dos jovens para participarem, activamente, na promoção da integração Hengqin-Macau. O Governo deve continuar a reforçar a participação social dos dois lados, incluindo a articulação e as medidas complementares do voluntariado e da prática profissional, simplificar os procedimentos administrativos, e aperfeiçoar o serviço transfronteiriço e o apoio à vida quotidiana. Quanto ao voluntariado, este deve ser uma ponte importante para os jovens participarem na construção regional. O desenvolvimento da Zona de Cooperação Aprofundada não deve focar-se apenas nas indústrias e infra-estruturas, mas, sim, “partir do coração” e “ter por base a população”, articulando-se com as necessidades reais dos jovens e promovendo a integração profunda nas áreas de talentos, vida da população, cultura e identidade. Os respectivos serviços devem articular-se com o rumo claro de melhoramento e os objectivos quantitativos, para garantir resultados benéficos aos residentes e a transformação da Zona de Cooperação Aprofundada numa base importante para o crescimento dos jovens e a concretização dos seus sonhos.

1. Prevê-se que a “Cidade de Educação Internacional de Macau e Hengqin” entre em funcionamento em 2028, o que irá levar um grande número de jovens àquela zona. Assim, propõe-se a criação de uma “plataforma de voluntariado para os jovens de Macau e Hengqin”, para coordenar os serviços voluntários e os trabalhos regionais, desenvolver acções de formação de competências voluntárias em linha com os padrões nacionais e programas de financiamento específico, e promover a articulação dos regimes. Há que impulsionar ainda a cooperação entre as empresas, as instituições de ensino superior, a comunidade e as organizações voluntárias, integrando o número de horas, a formação e a certificação de currículos no mecanismo, com vista a construir, na Zona de Cooperação Aprofundada, um “trampolim” para a ligação ao Interior da China, nomeadamente à Grande Baía, em prol do desenvolvimento de acções de prática social mais diversificadas e inter-regionais.

2. Desenvolver o papel enquanto plataforma regional e alargar o espaço de prática e desenvolvimento dos jovens. As novas gerações de Macau têm bastantes tempos livres e

férias, mas falta-lhes, de um modo geral, uma prática social sistematizada e orientação para o desenvolvimento da sua carreira profissional. Sugere-se que se conjuguem as vantagens da integração das indústrias com a comunidade da Zona de Cooperação Aprofundada, coordenando as instituições de educação e de acção social para promover o modelo de “prática dos jovens + formação profissional”, permitindo aos jovens participarem, activamente, no desenvolvimento das indústrias da região e aumentarem o seu sentimento de participação. Ao mesmo tempo, deve incentivar-se as empresas estabelecidas na zona a criarem “postos de formação para jovens” e, em articulação com as instituições de ensino superior, a desenvolverem planos de estágio específicos, com a simplificação das formalidades de participação e a promoção do reconhecimento mútuo do número de horas e da qualificação. Tudo isto vai, efectivamente, incentivar os jovens a transformarem as suas experiências práticas em vantagens no mercado de trabalho, desenvolvendo também melhor as funções da Zona de Cooperação Aprofundada como plataforma para o crescimento e a prática profissional dos jovens.

IAOD do Deputado Si Ka Lon em 14.07.2025

Inspeção geral dos equipamentos de protecção contra trovoadas, em prol da segurança da cidade

Macau situa-se no delta do Rio das Pérolas e é uma região com frequentes trovoadas, que provocam, não poucas vezes, acidentes. Recentemente, as Ruínas de São Paulo foram atingidas por um relâmpago, e acidentes semelhantes já aconteceram em Hong Kong, Zhuhai e Guangdong.

O Governo tem feito muito trabalho no âmbito da prevenção e redução de desastres, incluindo a conclusão, no ano passado, do “Sistema Central de Processamento das Informações de Relâmpago”, para elevar a capacidade de alerta. No entanto, os diplomas legais sobre esta matéria estão desactualizados e são insuficientes, por exemplo o artigo 39.º da Lei sobre “Adaptação e integração de leis e decretos-leis publicados entre 1976 e 1993”, que impõe a instalação de dispositivos pára-raios em determinados edifícios e recintos, não é actualizado há mais de 30 anos.

Além disso, estão previstos os requisitos de protecção contra relâmpagos na Regulação de padrões de gestão da cibersegurança, nas Instruções para Apreciação, Aprovação e Vistoria das Instalações de Entretenimento de Grandes Dimensões e no Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e Seccionamento, mas esta regulamentação “fragmentada” carece de sistematização, e mesmo o novo Regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios e recintos limita-se a prever a obrigatoriedade de instalação de pára-raios, como medida de prevenção básica, estando em falta uma regulamentação jurídica clara sobre inspecções regulares, manutenção e actualização técnica.

O Interior da China já implementou as “Medidas de gestão para a protecção contra raios e a redução de desastres”, para facultar ao sector normas e orientações técnicas aperfeiçoadas sobre a avaliação da concepção dos pára-raios, a fiscalização das obras e a inspecção periódica. Com o desenvolvimento dos edifícios altos, dos transportes ferroviários e da construção das novas zonas, é necessário aperfeiçoar as respectivas normas e equipamentos.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Coordenar e rever os equipamentos pára-raios do património mundial de Macau. O património mundial é um tesouro cultural, portanto, os serviços competentes devem tomar a iniciativa de avaliar os potenciais riscos de o mesmo ser atingido por raios, e de proceder, de forma uniformizada, ao planeamento e à actualização das respectivas instalações dos edifícios históricos, garantindo a segurança quer destes quer da vida e dos bens da população.

2. Tomar como referência as experiências do Interior da China para actualizar os critérios legais. O Interior da China já alcançou um progresso notório no âmbito dos

diplomas legais e dos equipamentos modernos relativos à proteção contra raios, os quais são amplamente utilizados nos edifícios altos e nas grandes infra-estruturas. Assim, Macau pode estudar a revisão da lei, aperfeiçoar os regulamentos vigentes e definir claramente a periodicidade de inspeções, os requisitos de actualização técnica e as responsabilidades de manutenção dos equipamentos de protecção contra raios para as construções do património cultural e as infra-estruturas críticas, a fim de elevar a resiliência geral da cidade neste aspecto.

3. Optimizar os dados informativos dos trovões e relâmpagos e reforçar a consciência da população sobre a prevenção de catástrofes. Tomando como referência os serviços meteorológicos de Hong Kong, que divulgam detalhes sobre a localização e a frequência dos relâmpagos, sugere-se que Macau divulgue periodicamente os dados sobre os relâmpagos, por zonas, para os residentes saberem os riscos e ficarem mais alerta sobre catástrofes naturais, e que aproveite os dados para fornecer fundamentos científicos para o planeamento de prevenção de desastres por parte do Governo.

IAOD do Deputado Chui Sai Peng Jose em 14.07.2025

Apoiar a construção acelerada do transporte em carris na península

Na semana passada, em resposta a uma IO sobre o traçado do metro ligeiro, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, Tam Vai Man, referiu, na AL, que estava em curso o estudo preliminar sobre a linha que começa no posto fronteiriço da ilha artificial da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau, passa pela zona leste, segue para o Porto Exterior e zonas de Nam Van e Sai Van, e chega à Barra, formando uma rede circular com a linha oeste. Afirmou ainda que a “construção subterrânea” é um meio indispensável para o metro ligeiro chegar a todas as zonas, especialmente aos bairros antigos e ao centro da cidade, e que estava a promover os respectivos trabalhos. O Governo apresentou uma opção importante, isto é, construir o metro subterrâneo no sul da cidade e nos bairros antigos, o que é, de facto, uma boa base para retomar a intenção original do transporte em carris e injectar “água viva” e vitalidade na ZAPE.

Fazendo uma retrospectiva sobre o planeamento dos transportes públicos ferroviários de Macau, no início do retorno à Pátria, o Governo propôs a introdução de um novo plano de transportes colectivos, para resolver os problemas de deslocação dos residentes da Península de Macau e desenvolver o transporte para os turistas com visto individual. O plano propunha inicialmente a adopção de um viaduto para o metro ligeiro e, posteriormente, para a conservação da paisagem do Centro Histórico de Macau, Património Mundial, foram realizados vários estudos sobre a alteração do traçado deste sistema, mas, devido aos custos de construção, à localização das estações e à falta de consenso social sobre o traçado, a construção da linha da península de Macau foi abandonada e depois avançou-se, em primeiro lugar, com a construção da linha da Taipa.

Tal como referiu o Secretário Tam, “o transporte ferroviário é indispensável em qualquer cidade desenvolvida”. Para Macau, que já se desenvolveu como metrópole internacional, promover, de novo, o planeamento do transporte ferroviário na península de Macau é uma iniciativa crucial para responder às necessidades do desenvolvimento urbano e concretizar a diversificação adequada da economia. Assim, sugiro o seguinte:

1. Injectar “energia positiva” no aprofundamento da construção do transporte ferroviário. No passado, quando havia vozes a expressar preocupação, captavam facilmente a atenção, mas a verdade é que o progresso social exige energia positiva. Agora, a península de Macau, com cerca de 80 por cento do total da população, está numa fase de ajustamento das condições de exploração comercial e numa fase inicial de optimização da cidade antiga, portanto, aperfeiçoar rapidamente o transporte ferroviário, em prol da renovação urbana, constitui a energia positiva de que precisamos há muito tempo. Sugiro, assim, que os sectores sociais dêem o seu apoio para o Governo ter mais confiança na tomada de decisões.

2. Melhorar a imagem da cidade em consonância com as metas de baixo carbono. Na reunião da semana passada, o Presidente Kou Hoi In sugeriu que o Governo estudasse a transformação de Macau numa cidade moderna exemplar: verde, ecológica, inteligente e com baixo carbono, em articulação com o posicionamento do “centro internacional de

turismo e lazer”. Enfim, é ainda necessário algum tempo para que todos os autocarros sejam movidos a novas energias, e a coexistência destes com os não movidos a novas energias nas vias rodoviárias pode, inconscientemente, aumentar a probabilidade de engarrafamentos, afectando assim o efeito da redução de carbono, enquanto a adopção de um sistema eléctrico de transporte ferroviário é a solução definitiva para os transportes colectivos, e um avanço forte para que a cidade alcance, mais rapidamente, as metas da redução de carbono. Em termos quer nacionais quer internacionais, os investimentos e a construção dos instrumentos de baixo carbono são medidas que optimizam a pegada de carbono! A introdução da “roda do tempo” na nossa Península é uma medida que melhora Macau! Sugiro aqui o apoio dos sectores da sociedade, para que a decisão do Governo seja mais fundamentada.

3. O transporte ferroviário sujeita-se às particularidades locais, podendo adoptar quer a forma subterrânea quer aérea. O Presidente Kou e o Secretário Tam também manifestaram o seu apoio ao transporte ferroviário subterrâneo. Nos bairros antigos e zonas habitacionais com elevada densidade populacional nem sequer é possível encontrar um lugar para enfiar uma agulha, assim, é bastante desafiante desocupar o pavimento e construir um metro ligeiro sobre o solo. Com o avanço constante das técnicas de construção e equipamentos, o bom aproveitamento do espaço subterrâneo é definitivamente viável. A adopção do transporte ferroviário nos bairros comunitários pode facilitar as deslocações dos residentes e favorecer a vinda de turistas, dinamizando a economia nos bairros, portanto, uma medida com três vantagens! Não há razão para não fazer! Sugiro aqui o apoio dos sectores sociais para que a decisão do Governo seja mais fundamentada.

IAOD do Deputado Ip Sio Kai em 14.07.2025

Voo directo para Lisboa, para potenciar a ligação entre Macau e Portugal

Enquanto plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, Macau tem de consolidar os trabalhos básicos de intercâmbio económico, comercial, cultural e pessoal. Espalhados pelos cinco continentes, os países de língua portuguesa ficam longe de Macau, e a troca comercial depende, em grande medida, do transporte aéreo. Sob o princípio “um país, dois sistemas”, Macau mantém-se como zona aduaneira autónoma da OMC, e com o apoio do País, tem autonomia na gestão da aviação civil, para poder celebrar acordos de direitos de tráfego aéreo com todos os países e regiões, e ter voos directos para diversas cidades estrangeiras a partir do aeroporto internacional.

De acordo com os dados de Outubro de 2024, o Aeroporto Internacional de Macau contava com 40 rotas directas regulares, para o Interior da China e outras regiões da Ásia, faltam entretanto voos directos de médio e longo curso para a Europa e os países de língua portuguesa. Isto compromete, em certa medida, o papel de ligação de Macau na rede internacional, e a contribuição e a influência de Macau, enquanto plataforma entre estes países, para a interacção presencial.

Devido à falta de voos directos para Lisboa, os residentes e os visitantes de Macau têm de viajar por Hong Kong, Dubai, Istambul, Xangai, etc., o que representa uma longa viagem de ida, tendo de mudar de aeroporto ou esperar por voos de ligação, o que torna o tráfego aéreo consideravelmente inconveniente e não favorece a promoção da normalização das actividades comerciais e empresariais sino-portuguesas, nem a atracção de mais turistas internacionais para Macau.

É de notar que a Lei da actividade de aviação civil entrará em vigor em Fevereiro de 2026, altura em que o mercado da aviação de Macau estará totalmente aberto, o que contribuirá para aumentar a flexibilidade de direitos de tráfego aéreo de Macau e para criar condições mais favoráveis ao desenvolvimento de rotas internacionais de médio e longo curso. Julgo que a abertura de voos directos entre Macau e Lisboa é a base de uma plataforma, que serve para ligar, através da companhia aérea portuguesa, o Brasil e os países de língua portuguesa em África, o que contribuirá para promover ainda mais o comércio, o turismo e o fluxo de pessoas entre Macau e os países europeus, reforçando a função substantiva de Macau como elo de ligação ao mundo.

No entanto, este tipo de rotas de longa distância tem custos operacionais elevados e desafios como o longo período de desenvolvimento da clientela. Constituem principais custos de exploração de uma rota internacional de média e longa distância o preço do combustível, os salários do pessoal de voo e de manutenção, a manutenção do avião, a despesas de descolagem e aterragem no aeroporto, as tarifas de utilização da rota, etc. e o combustível representa normalmente mais de metade do custo total de exploração. Sem subsídio inicial ou apoio às infra-estruturas ou medidas de apoio administrativo complementares, as companhias aéreas dificilmente podem assumir, por si próprias, os elevados riscos de exploração dessas rotas.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo deve estudar a criação de um subsídio específico para apoiar os elevados custos da exploração inicial das rotas aéreas, por exemplo, as despesas com os direitos de tráfego, as tarifas do aeroporto, bem como os custos do pessoal e do combustível, atribuindo subsídios financeiros faseados. Esses subsídios podem ser atribuídos através de um montante fixo de acordo com o número de voos ou, mais flexível, através da redução gradual e faseada de um montante inicialmente atribuído consoante o número de anos de exploração das rotas, a fim de ajudar as companhias aéreas a reduzir os riscos iniciais e promover a entrada em funcionamento dessas rotas.

2. Tendo em conta a entrada em vigor da “Lei da actividade de aviação civil” em 2026, sugiro ao Governo que reserve os direitos de tráfego e implemente o regime de “apreciação rápida das principais rotas” para as rotas estratégicas de longo curso, simplificando o procedimento de aprovação, para além de tomar medidas como a redução ou isenção das taxas de embarque e desembarque e das taxas de utilização dos terminais. Ao mesmo tempo, pode reforçar-se as negociações com as autoridades aeronáuticas de Portugal, para procurar a flexibilização dos direitos de tráfego entre os dois lados, e criar-se um mecanismo de cooperação no âmbito das rotas transfronteiriças, elevando a atractividade da operação de voos com os referidos destinos através de uma dupla via, legislativa e administrativa.

3. Sugiro que a Direcção dos Serviços de Turismo (DST), o Gabinete para as Convenções e Exposições (GCET) e a Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico (DSEDT) definam, em conjunto, a “Estratégia de Eficácia dos Voos Directos”, lançando promoções de consumo para alojamento, transporte, actividades culturais, etc. para os passageiros destes voos, orientando, prioritariamente, as delegações oficiais e os participantes em conferências e visitas para captação de investimento a realizar nos Países de Língua Portuguesa. Ao mesmo tempo, é de cooperar com as seis operadoras de jogo locais, para oferecer pacotes de viagem ou subsídios aos visitantes internacionais que utilizam essas rotas, aumentando o número médio de dias de estadia e o consumo *per capita*, materializando os benefícios económicos gerais da exploração das rotas directas e a base da sua operação permanente.

IAOD do Deputado Ma Io Fong em 14.07.2025

Melhoramento da garantia dos direitos e interesses profissionais dos docentes e construção de uma base sólida para o desenvolvimento de um País forte em educação

Os docentes são a linha da frente da promoção da educação e os mentores da formação de talentos. Em 2018, foi promulgada a “Opinião do Comité Central do Partido Comunista da China e do Conselho de Estado sobre o aprofundamento abrangente da reforma da formação de equipas de professores na nova era”, estabelecendo um novo tom para a elaboração de políticas e o estabelecimento do sistema de elevação do estatuto dos docentes. No ano passado, o Presidente Xi Jinping afirmou, claramente, na Conferência Nacional da Educação, que é necessário elevar o estatuto político, social e profissional dos docentes, reforçar as garantias de tratamento dos mesmos, e salvaguardar a dignidade e os direitos e interesses legítimos da profissão docente, iniciativa que se tornou numa parte importante da construção do País como um grande País na área da educação.

O Governo tem dado grande importância aos direitos e interesses dos docentes e ao seu desenvolvimento, tendo acolhido, de forma contínua, as opiniões da sociedade e do sector educativo. Nas LAG deste ano, o Governo propôs o aumento de vários subsídios, incluindo o da escolaridade gratuita, dando maior vitalidade ao desenvolvimento do sector educativo e proporcionando uma maior garantia para a estabilidade da equipa docente. O que merece a nossa atenção é o facto de o Governo ter afirmado, recentemente, que o número de alunos vai começar a diminuir no próximo ano, e que a diminuição da procura de professores se vai acentuar a partir do ensino infantil. Os problemas referidos devem ser resolvidos e orientados de forma eficaz pelo Governo, pois só assim se pode apoiar radicalmente os docentes na promoção da reforma educativa e contribuir para a construção de uma grande potência educativa.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. O Governo afirmou, recentemente, que vai realizar um estudo sobre o “impacto da tendência da baixa taxa de natalidade no sistema educativo de Macau e as respectivas estratégias de resposta”, e proceder a previsões científicas e definir um planeamento estratégico. O Governo deve acelerar o desenvolvimento do referido estudo, propondo trabalhos de optimização específicos para as seis vertentes analisadas, devendo ainda estabelecer um plano de execução sistemático com indicadores de avaliação claramente definidos. Deve ainda, com base nas conclusões do estudo, avaliar a viabilidade e a operacionalidade de medidas como a revisão dos limites mínimo e máximo de alunos por turma no regime de turmas reduzidas, criar um fundo de investigação educativa para apoiar o envolvimento dos docentes em projectos de pesquisa pedagógica local e promover o desenvolvimento especializado do corpo docente, de modo a apoiar o ajustamento ordenado do sistema de educação não superior face ao desafio da redução do número de vagas.

2. A educação moral e o espírito de dedicação altruísta são responsabilidades inerentes aos profissionais de educação, mas a pressão prolongada e excessiva decorrente dos

trabalhos não pedagógicos tem, efectivamente, agravado a carga sobre os docentes da linha da frente, comprometendo, conseqüentemente, a sua capacidade de dedicação às actividades pedagógicas. As autoridades devem realizar “um estudo investigativo sobre as actividades não pedagógicas” dirigido a docentes dos diferentes níveis do ensino não superior e, observando as experiências do País, definir medidas concretas de “aligeiramento de encargos” para os docentes dos ensinos infantil, primário e secundário, bem como proceder a reajustamentos e a optimizações na carga lectiva e no número de aulas previstos no “Quadro geral”, assim como proceder à inclusão, no âmbito do Fundo Educativo, de categorias subsidiadas e vagas adicionais para o pessoal administrativo especializado. O Governo deve ainda valorizar o direito ao descanso dos docentes, estabelecendo normas claras para os trabalhos pedagógicos e *online*, implementar mecanismos específicos de recuperação física e mental, e lançar as medidas e orientações normativas correspondentes, para resolver os problemas práticos e aliviar as pressões decorrentes do trabalho extraordinário não remunerado dos docentes da linha da frente.

3. Nos últimos três anos, o Governo promoveu a permuta de cerca de 300 docentes entre os ensinos infantil, primário e secundário, um trabalho que merece o nosso reconhecimento. Mas, com a baixa taxa de natalidade, os postos de docência disponíveis para transferência estão gradualmente a atingir o seu ponto de saturação, e a graduação anual de centenas de universitários nesta área faz com que os docentes que deixaram o seu cargo dificilmente consigam regressar ao mesmo, portanto, prevê-se um desequilíbrio cada vez mais evidente entre a oferta e a procura para estes postos de trabalho. Assim, proponho que, para além da permuta de níveis dos docentes, o Governo deve definir e lançar medidas de apoio aos docentes efectivos e aos recém-licenciados, ajudando-os a encontrar emprego, nomeadamente, aproveitar a futura cidade universitária em Hengqin e promover o desenvolvimento entre a área da docência e as indústrias “1 + 4”, dando-lhes oportunidades diversificadas de reconversão, emprego e valorização profissional, e com isso elevar as oportunidades da sua participação no desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

IAOD da Deputada Lo Choi In em 14.07.2025

Reforçar o combate ao trabalho ilegal para garantir o emprego dos residentes de Macau

O Governo Central relançou as medidas de “uma entrada por semana” e de “um visto de múltiplas entradas” para apoiar Macau, estas contribuem para consolidar ainda mais a fonte de turistas do Interior da China, promover o turismo e os sectores com ele relacionados e injectar uma nova dinâmica na economia turística de Macau.

Mas, há pessoas que aproveitam as facilidades das políticas de passagem fronteiriça e as redes sociais para fazer publicidade, atraindo as pessoas para Macau a trabalhar como turistas. Esta prática é como as pensões ilegais. Como os sistemas jurídicos de Macau e do Interior da China são diferentes, os interessados podem fazer publicidade ostensiva nas redes sociais do Interior da China, mas isto não só viola as leis de Macau, como também afecta gravemente o mercado local e os rendimentos dos jovens.

Nas minhas interpelações orais e escritas, já referi várias vezes que o sector da publicidade e das exposições tem sido sempre o mais afectado pelos trabalhadores ilegais, envolvendo vários tipos de trabalho. Isto não só afecta gravemente a sobrevivência do sector, como também rouba postos de trabalho temporários que deviam ser dos residentes de Macau. Há dias, os serviços competentes fizeram uma inspecção surpresa a um concerto de um artista coreano e detectaram muitos trabalhadores ilegais. Este caso é apenas a ponta do icebergue. Agora é ainda possível encontrar na internet que há criminosos que recrutam, publicamente, estudantes do Interior da China em Macau como trabalhadores temporários, na qualidade de “voluntários”.

Com a implementação das medidas para facilitar a passagem das fronteiras, esta situação estendeu-se a outros sectores, especialmente a actividades que alguns jovens exercem a tempo parcial, como fotografia e filmagem individual, de casamento e de projectos comerciais, *marketing*, maquilhagem, etc. Segundo alguns operadores do sector, os seus negócios não só foram gravemente afectados, como também as tarifas sofreram uma grande redução devido à diferença de preços.

Como existem muitas micro empresas de restauração viradas para o mercado do Interior da China, na expectativa de atrair visitantes do Interior da China através de propaganda, é possível que, por falta de conhecimentos jurídicos, através de algumas plataformas sociais de lá, contratem directamente intermediários dos meios de comunicação social desse local, assim, os seus trabalhadores vêm a Macau na qualidade de turista para negociar, prestando serviços “*one stop*” de filmagem, produção e até propaganda, o que prejudica gravemente o mercado local.

Por outro lado, segundo alguns residentes, nas redes sociais do Interior da China é frequente encontrar estudantes que estudam em Macau que aproveitam os seus tempos livres para prestar serviços de filmagem, guia turístico, transporte, etc. Estes actos, para além de

não corresponderem aos objectivos da sua deslocação a Macau, podem ainda causar situações caóticas e prejudicar a imagem de Macau enquanto cidade turística.

Qualquer política tem vantagens e desvantagens, portanto, as medidas de facilitação da passagem fronteiriça, apesar de promoverem o desenvolvimento do sector do turismo, podem ainda gerar confusões que afectam o mercado de Macau. Por isso, o Governo e os serviços competentes devem adoptar medidas para fazer face às referidas situações. Há que intensificar, em conjunto com os Serviços para os Assuntos Laborais e as associações comerciais, a sensibilização e educação junto das micro e pequenas empresas dos diversos sectores, para reforçar a sua consciência de cumprimento da lei e evitar a contratação de trabalhadores ilegais.

Alguns trabalhos a tempo parcial acima referidos, como os de fotógrafos e de maquilhadores, são relativamente flexíveis e “ocultos”, o que pode dificultar a inspecção e a recolha de provas por parte dos serviços competentes. Assim sendo, as autoridades devem rever as leis e regulamentos vigentes, tomar a iniciativa de efectuar inspecções, de acordo com as informações divulgadas na *internet*, e começar as operações logo nos postos fronteiriços, com vista a acabar, a partir da fonte, com a entrada das pessoas que cheguem a Macau por motivos não turísticos.

Quanto aos estudantes que vêm para Macau estudar, como não conhecem bem a legislação local, estes são facilmente recrutados por criminosos através da publicidade nas redes sociais, para prestarem trabalho ilegal. Apelo ao Governo e aos serviços competentes para procederem a uma organização adequada ou à divulgação e sensibilização, através do mecanismo de coordenação interdepartamental e da colaboração dos serviços de educação e das instituições de ensino superior.

IAOD da Deputada Wong Kit Cheng em 14.07.2025

Continuar a promover o desenvolvimento de alta qualidade das causas das mulheres e das crianças

Este ano assinala-se o 30.º aniversário da Declaração e Plataforma de Acção de Pequim da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Por iniciativa do Presidente Xi Jinping, a China e a ONU Mulheres vão coorganizar a Cimeira Mundial das Mulheres em Pequim no segundo semestre deste ano. Isto será um novo marco na promoção da igualdade entre géneros e no empoderamento das mulheres na comunidade internacional, com orientações e directrizes importantes em prol da promoção do desenvolvimento de alta qualidade das causas das mulheres defendidas pelo Governo da RAEM e por todos os sectores sociais.

Graças aos esforços do Governo e dos residentes em geral, a protecção dos direitos e interesses das mulheres e das crianças em Macau tem sido melhorada e o bem-estar das famílias tem sido reforçado. Na actual sessão legislativa, foi levada a cabo a produção legislativa relacionada com os direitos e interesses das mulheres e das crianças, nomeadamente, o Regime de conciliação para causas de família, a Lei da actividade dos centros de apoio pedagógico complementar particulares do ensino não superior, a lei sobre as técnicas de procriação medicamente assistida, etc. Para fazer face às mudanças sociais e responder às aspirações dos residentes, foi lançado o “Programa de participação no tratamento de procriação medicamente assistida” e uma série de política e medidas, tais como a criação do subsídio de assistência na infância, o aumento do valor dos subsídios de casamento e de nascimento, etc., para proporcionar uma base mais sólida para o desenvolvimento familiar.

Ao mesmo tempo, através dos seus esforços incessantes, as mulheres de Macau tornaram-se uma força de apoio a metade da produtividade, ao nível social e económico. Na sua participação social e profissional, esforçam-se pela mobilidade vertical, ultrapassando os obstáculos. Apesar de um grande número de mães trabalhadoras assumirem, geralmente, o papel de principal cuidador de família, a forte pressão do trabalho doméstico e da prestação de cuidados tornou-as mais independentes e fortalecidas, esforçando-se por eliminar limitações no local de trabalho através da sua participação nos assuntos públicos. Mas segundo os dados relevantes, existem ainda limitações no desenvolvimento profissional das mulheres e nas oportunidades de participação nos assuntos públicos. Por exemplo, em termos de participação política, as mulheres representam 28 por cento dos membros dos Conselho Consultivo e apenas 15,2 por cento das deputadas na actual legislatura, ficando aquém do objectivo de pelo menos 30 por cento de participação política estabelecido na Declaração e Plataforma de Acção de Pequim; e segundo o inquérito do Relatório sobre a Condição da Mulher em 2022, apenas cerca de um quinto das mulheres inquiridas teve oportunidades de promoção no local de trabalho.

Assim, aproveitando a oportunidade da Conferência Mundial sobre as Mulheres que tem lugar na China no segundo semestre, espero que o Governo e os sectores continuem a reforçar, em conjunto, a promoção da igualdade de género na sociedade, a criar, a partir da fonte, um ambiente de trabalho e familiar assente na igualdade de género, para as mulheres

terem mais tempo, espaço e oportunidades na construção do País e da RAEM, criando, em conjunto, um ambiente social de igualdade de género.

Assim sendo, apresento as seguintes sugestões:

1. Aperfeiçoar o planeamento global das políticas sobre as mulheres. Com o fim do primeiro planeamento dos “Objectivos do desenvolvimento das mulheres” este ano, há que identificar, com base no balanço dos resultados dos objectivos e medidas e na experiência, e com precisão, as questões-chave que impedem o desenvolvimento das mulheres, recolher, amplamente, as opiniões dos sectores e da sociedade, planear activamente o segundo planeamento dos “Objectivos do desenvolvimento das mulheres”, integrar o conceito de igualdade de género em todos os aspectos da governação da RAEM, através de uma organização sistemática e institucionalizada.

2. Aprofundar o consenso sobre a integração da perspectiva do género. Há que promover amplamente a aplicação e implementação da “Avaliação da integração da perspectiva do género” nas entidades públicas e privadas, permitindo que os serviços públicos definam políticas e medidas, promovam a prestação de serviços e desenvolvam obras com maior consideração pelas diferenças de género, reduzindo a discriminação no trabalho e a limitação na promoção causadas pelos papéis de género tradicionais, alargando o espaço de desenvolvimento profissional das mulheres.

3. Criação de um sistema de apoio aos cuidadores familiares. O Governo deve seguir o princípio de “legislação e subsídio em paralelo, e responsabilidade conjunta da sociedade”, tomando como referência o subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade e, através de diversas formas, tais como legislação, incentivo ou apoio financeiro, acelerar a promoção do prolongamento da licença de maternidade e apoiar mais empresas a adoptar medidas favoráveis à família, tais como licença parental e horário de trabalho flexível; apoiar as associações na introdução de mais serviços de educação familiar, reforçando a atenção e o reconhecimento da sociedade em relação aos cuidados familiares e ao valor do trabalho doméstico, promovendo partilha de responsabilidades familiares entre os casais, apoiando as mulheres no equilíbrio entre as responsabilidades familiares e trabalho, para que tenham mais tempo e mais espaço para participar na sociedade.

4. Promover um ambiente social de igualdade de género. Realizar acções de divulgação sobre a Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher, a Declaração de Pequim e o Plano de Acção, promovendo a divulgação do espírito da Comissão Mundial das Mulheres de Pequim na sociedade, e assim criar um ambiente social de igualdade de género; ao mesmo tempo, promover activamente o aumento da proporção da participação política das mulheres; apoiar mais mulheres que amam a Pátria e Macau na participação política; contribuindo, com acções concretas, para a construção do País, para o desenvolvimento da RAEM e governação da sociedade, em prol da construção conjunta de um bom lar.

IAOD da Deputada Song Pek Kei em 14.07.2025

Promover o desenvolvimento estável do mercado imobiliário

Na recente sessão de interpelação oral, o Secretário para os Transportes e Obras Públicas afirmou que está em curso o estudo sobre a viabilidade do regime de troca de habitação económica, tendo salientado que a mudança do ambiente económico e do mercado imobiliário privado e a relação procura-oferta são temas importantes que o Governo tem de ponderar com prudência, e que já foi iniciado um estudo sobre a política de habitação, com vista a lançar medidas adequadas para atenuar os problemas existentes. A atitude proactiva do Governo reforça a confiança no desenvolvimento social, e a sociedade espera que o respectivo estudo seja divulgado quanto antes e se acelere o ajustamento das políticas, em prol da promoção do desenvolvimento estável do mercado imobiliário.

O mercado imobiliário é um pilar importante para a economia local e tem implicações no bem-estar de muitas famílias, e, apesar de poder sofrer algumas oscilações devido às mudanças do ambiente, as políticas do Governo são um factor essencial que põe em causa o seu desenvolvimento estável. Desde a revogação das “medidas picantes” pelo Governo anterior, o mercado imobiliário continua fraco e o número de transacções tem sido muito baixo, assim, a subsistência de muitos agentes imobiliários está gravemente afectada e muitos deles sobrevivem à custa das suas poupanças. Segundo o sector, o mercado está em baixa e as autoridades aplicam a lei de forma demasiado rigorosa, o que afecta bastante o exercício da profissão pelos agentes imobiliários, enfraquecendo a sua confiança e agravando a instabilidade do mercado imobiliário. O novo Governo dá grande importância ao desenvolvimento da economia e à vida da população, portanto, é necessário, tendo em conta as grandes mudanças conjunturais, adoptar medidas mais decisivas para dinamizar o mercado e promover, efectivamente, a elevação da qualidade dos serviços e o desenvolvimento saudável do sector, com vista a manter, empenhadamente, a prosperidade e a estabilidade a longo prazo de Macau.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Nos últimos anos, o Governo aumentou a oferta de habitação pública, o que melhorou bastante o bem-estar dos residentes, mas há que ter em conta que, no início, a oferta era insuficiente, o que resultou em muitos pedidos, por isso, espero que o Governo conclua, quanto antes, a revisão da legislação sobre esta matéria, permitindo aos residentes efectuar a permuta por uma outra habitação económica, em virtude da alteração da sua estrutura familiar. Ao mesmo tempo, tendo em conta que há habitação pública suficiente, pode-se estudar a possibilidade de atribuir aos jovens fracções económicas que ainda não foram vendidas, a fim de satisfazer as suas necessidades de habitação.

2. Actualmente, quando os residentes querem melhorar o seu ambiente habitacional permutam as suas casas no mercado privado, mas o facto de o Governo ter retirado as “medidas picantes” não surtiu os devidos efeitos, pois as pessoas só podem hipotecar as suas casas até 70%, um número muito inferior em comparação com algumas cidades do Interior

da China e com Hong Kong, em que a hipoteca pode chegar aos 85% e 90%, portanto, os residentes de Macau sentem grande pressão aquando da permuta de casa. Sugiro ao Governo que aumente a referida percentagem, reduzindo as exigências para a aquisição de casas, para aumentar a procura de habitações para permuta. Mais, sugiro reduzir ainda mais o imposto do selo sobre a transmissão de imóveis, e os emolumentos notariais e de escrituras, entre outras taxas, a fim de impulsionar o mercado e reduzir efectivamente os encargos do comprador e do vendedor.

3. Perante a estagnação do mercado imobiliário de Macau, registam-se dificuldades na exploração da actividade de mediação imobiliária, por isso, é necessário um longo período para resolver esta questão. Assim, sugiro que o Governo implemente medidas para reduzir ou isentar as taxas de licença a pagar de três em três anos pelos agentes imobiliários. Mais, a Lei da actividade de mediação imobiliária já está em vigor há mais de dez anos, e muitas das suas normas já estão desactualizadas, portanto, sugiro ao Governo que, tendo em conta as mudanças socioeconómicas, proceda, quanto antes, à sua revisão, para elevar a qualidade e a competitividade do sector e promover o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário.

IAOD do Deputado Wu Chou Kit em 14.07.2025

Promover o “Dia da Engenharia de Macau”

O tema da minha intervenção de hoje é “Promover ‘o Dia da Engenharia de Macau’”.

Em 13 de Maio deste ano, o Presidente Xi Jinping afirmou, na Reunião Ministerial do Fórum China-Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), que a China está disposta a trabalhar em conjunto com a Celac para realizar os programas de solidariedade, de desenvolvimento, das civilizações, da paz e dos povos, planear juntos o desenvolvimento e a revitalização, e construir juntos a comunidade China-Celac de futuro compartilhado. O Presidente salienta sempre que “as obras visam servir a população”, por exemplo, as para a população, sendo necessário assegurar a coordenação regional e a transmissão cultural, bem como construir a base estrutural através da auto-suficiência e do autofortalecimento; coordenar o desenvolvimento com um pensamento sistemático e activar o motor da inovação com base em talentos, construindo uma base sólida para a modernização da China. Isto demonstra claramente o papel proeminente da tecnologia de engenharia na estratégia de desenvolvimento nacional e na cooperação internacional. Os técnicos de engenharia não são apenas a força nuclear da construção de infra-estruturas e da inovação tecnológica, mas também um elemento importante para a concretização do desenvolvimento sustentável do País e a promoção da cooperação e do intercâmbio internacional! Nesta nova era, as tecnologias inovadoras e as técnicas de engenharia são já uma força nuclear para promover a prosperidade e o progresso económico da sociedade, podendo contribuir para o desenvolvimento sustentável do País.

No passado dia 13 de Junho do calendário lunar, celebrou-se o “Aniversário do Mestre Lu Ban” e, todos os anos, o sector da construção civil de Macau realiza grandes eventos para celebrar este dia, e vai ao templo para prestar culto ao Mestre, agradecendo e pedindo que o seu trabalho corra bem, seguindo assim o espírito de respeito pelos professores e pelos valores da cultura chinesa tradicional!

Ao “Dia da Engenharia” é atribuída grande importância a nível internacional, pois o dia 4 de Março é o Dia Mundial da Engenharia (Dia Mundial da Engenharia para o Desenvolvimento Sustentável), o dia 15 de Março é o Dia dos Engenheiros da Rússia, o dia 4 de Junho é o Dia dos Engenheiros dos Estados Unidos e o dia 15 de Dezembro é o Dia dos Engenheiros do Irão! Em Macau, os outros grupos profissionais também têm datas comemorativas específicas, por exemplo, o Dia do Médico, o Dia do Advogado e o Dia do Professor, que contribuem para elevar o estatuto dos grupos profissionais e reforçar o respeito e o reconhecimento dos mesmos.

Como um dos engenheiros de Macau, experimentei pessoalmente o rápido desenvolvimento das técnicas de engenharia nos últimos anos e, para demonstrar a importância dos engenheiros, é necessário divulgar e promover um dia específico para os mesmos, a fim de apresentar aos sectores sociais, nomeadamente aos jovens, as técnicas de engenharia de Macau e da Pátria, permitindo-lhes conhecer, ao nível técnico de engenharia, a prosperidade e a robustez da Pátria!

Assim, proponho ao Governo que promova e apoie as associações profissionais no estabelecimento do “Dia da Engenharia de Macau”, demonstrando a importância dada às técnicas de engenharia, elevando o sentido de honra e de missão dos seus profissionais, aproveitando as actividades comemorativas e sessões de apresentação anuais para atrair as gerações mais novas a conhecerem e a aderirem ao sector da engenharia, injectando uma nova vitalidade na inovação tecnológica da engenharia em Macau. Ao mesmo tempo, contribui para o intercâmbio e a cooperação entre os sectores, promovendo, em conjunto, o progresso das técnicas de engenharia. Mais, através do “Dia da Engenharia de Macau”, será possível reforçar os conhecimentos do público sobre as tecnologias e a engenharia, apoiar a promoção dos projectos de obras e compreender que as tecnologias inovadoras podem resolver muitos problemas relacionados com a vida da população!

Por outro lado, com o aprofundar da construção da Grande Baía, a cooperação entre Macau e o Interior da China está cada vez mais estreita. O estabelecimento do “Dia da Engenharia de Macau” está em consonância com o Dia Nacional dos Engenheiros e o Dia Mundial da Engenharia, e a construção da plataforma contribui para promover o intercâmbio e a cooperação na área da engenharia entre Macau, o Interior da China e a comunidade internacional, a mobilidade e a partilha de recursos, apoiando Macau a integrar-se no desenvolvimento nacional e no ciclo internacional de “Uma Faixa, Uma Rota”, contribuindo activamente para o sector de engenharia e tecnologia do País.

IAOD do Deputado Wang Sai Man em 14.07.2025

Aproveitar as vantagens da cultura cantonense para atrair a Macau turistas falantes desta língua

Nos últimos anos, o Governo promoveu a valorização e a reconversão da indústria turística, e está a diversificar as suas fontes, para elevar a qualidade do turismo e a capacidade de acolhimento da cidade. Entre os vários mercados, podemos escolher o dos falantes de cantonês, pois dispomos desta vantagem natural, portanto, há uma maior proximidade cultural e facilidade nas deslocações, sendo estas um alvo principal para um acolhimento estável e o desenvolvimento do turismo profundo em Macau. A cultura cantonense é um activo cultural importante de Macau e pode ser a nossa base de atracção turística através da língua, portanto, podemos ir à descoberta e revitalizar esta vantagem cultural que é fundamental para a construção de uma imagem com identidade e intimidade com os turistas que a falam.

De acordo com os dados da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos, em 2024, registaram-se cerca de 24,5 milhões de visitantes do Interior da China, dos quais 54 por cento eram provenientes da província de Guangdong, o que demonstra que estes visitantes são a principal fonte do turismo de Macau. Dos cerca de 120 milhões de falantes de cantonês no mundo, a província de Guangdong tem cerca de 67 milhões e os restantes 50 milhões estão distribuídos por Singapura, Malásia, Vietname, Canadá e São Francisco (Estados Unidos da América). Estas comunidades interessam-se muito e sentem-se atraídas pelas regiões turísticas de matriz cantonense, nomeadamente, pela gastronomia local, respectivas festividades, cultura de bairro e programas de entretenimento.

No entanto, os *designs* dos produtos e as estratégias de divulgação ainda não conseguem desenvolver plenamente as nossas vantagens destinadas aos turistas falantes de cantonês, por exemplo, as visitas guiadas nos pontos turísticos, os conteúdos turísticos e as redes sociais carecem de uma representação cultural centrada no cantonês. Mais, o intercâmbio cultural com as cidades de Guangdong continua a basear-se somente nas festividades, faltando um sistema regular de atracção e promoção para os visitantes. No futuro, é necessário reforçar, de forma mais sistemática, o posicionamento da cultura cantonense de Macau, pois, para além de consolidar a principal fonte de turistas que provém de Guangdong, deve-se, ao mesmo tempo, tomar a iniciativa de promover Macau através do cantonês junto das comunidades de todo o mundo, bem como através do inglês, com vista a aumentar a irradiação da cultura urbana e captar benefícios económicos do turismo junto dos visitantes estrangeiros.

Pelo exposto, apresento as seguintes sugestões:

1. Sugiro que o Governo e a sociedade civil colaborem mais no planeamento de projectos turísticos e culturais com o cantonês como eixo principal, incluindo visitas guiadas, digressões de peças teatrais, meses temáticos de gastronomia cantonense e outras

actividades com carácter acolhedor e interessante. Ao mesmo tempo, sugiro que a plataforma oficial de turismo lance um “mapa turístico em cantonês” e séries de vídeos nas redes sociais, apresentando experiências autênticas de Macau num formato dinâmico “cantonês+inglês”, elevando, assim, o sentido de participação cultural dos “turistas falantes de cantonês no estrangeiro” e incentivando as “comunidades cantonenses no estrangeiros” a visitarem Macau.

2. Proponho a criação de uma “aliança de turismo cantonês” e, em colaboração com os departamentos de turismo de diversas localidades da Província de Guangdong, agências de viagens e indústrias culturais e criativas, estabelecer mecanismos de intercâmbio de visitantes e de partilha de conteúdos promocionais, por exemplo, o lançamento do “itinerário multidestinos” com o tema “cultura cantonense”. Ao mesmo tempo, deve-se reforçar a promoção turística e a alocação de recursos publicitários em regiões com fortes “comunidades falantes de cantonês no estrangeiro”, como, Singapura, Malásia e Vietname. Na aliança, deve ainda ser incluído conteúdo específico de “tradução para inglês”, para satisfazer as necessidades dos turistas estrangeiros com “conhecimentos limitados em cantonês”.

3. Sugiro a implementação, nas principais zonas turísticas, hotéis, museus e grandes recintos de espectáculos de Macau, de guias áudio e dispositivos interactivos em cantonês, bem como a realização de *workshops* de cultura linguística cantonesa, entre outros equipamentos e programas, permitindo que os turistas, durante a exploração da cidade, contactem, de forma mais natural, com a cultura linguística viva de Macau, reforçando o “sentimento de familiaridade” e o “sentimento de pertença cultural”, transformando-os em motivação para a revisita e produzindo o efeito de recomendação boca-a-boca.

IAOD do Deputado Lei Leong Wong em 14.07.2025

Melhorar as garantias pós-aposentação dos idosos e concretizar o princípio do sentimento de pertença dos idosos

Dar importância à protecção dos idosos e das crianças e dar-lhes carinho é uma das prioridades das acções governativas do actual Governo, na área dos assuntos sociais e cultura. Para fazer face aos desafios decorrentes do envelhecimento populacional, as autoridades têm o plano de criar um círculo de cuidados comunitários para os idosos de 15 a 20 minutos, formular as “Directrizes sobre a concepção e adaptação do ambiente doméstico para o envelhecimento”, acrescentar cerca de 1100 camas em lares para idosos na Zona Este-2 e estudar formas viáveis de protecção de idosos em instituições de outras regiões. Numa perspectiva objectiva, essas medidas têm um certo efeito no reforço dos cuidados comunitários para os idosos. Mas, para além da disponibilização do *hardware* e das instalações complementares, as autoridades devem ter em conta as aspirações dos idosos em matéria de cuidados de saúde e de protecção na velhice.

Veja-se como exemplo a pensão para idosos: o actual “mecanismo de ajustamento regular de prestações do regime de segurança social” (doravante designado por “Mecanismo de ajustamento do regime de segurança social”) utiliza o Índice de Preços no Consumidor geral (doravante designado por Índice de Preços) elaborado pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos como principal indicador de medição. Mas esses dados reflectem uma situação macro do consumo, que não reflecte totalmente a pressão de vida enfrentada pelos idosos. No decorrer da apresentação do Relatório das LAG para este ano, o Governo anunciou o aumento da pensão para idosos para 3900 patacas (moeda de referência também para os valores que se seguem) por mês, mas quanto à expectativa dos residentes, isto é, a indexação da pensão para idosos ao índice mínimo de subsistência, há ainda uma diferença.

A meu ver, o índice mínimo de subsistência é o que melhor reflecte a quantidade de dinheiro indispensável para subsistência, pelo que o estabelecimento de um mecanismo de indexação da pensão para idosos ao índice mínimo de subsistência é mais científico e razoável. O Governo deve avaliar e melhorar, continuamente, o vigente mecanismo, melhorando, quanto antes, o Regime de Segurança Social e as políticas de benefícios sociais para os idosos em Macau, em prol do reforço do sentimento de pertença dos idosos e da garantia dos direitos e interesses dos mesmos.

Mais, o Governo lançou, em 2023, a “residência para idosos” (adiante designada por “residência”), prestando-lhes um ambiente de vida mais conveniente e de qualidade, mas, segundo alguns deles, a sua casa antiga é dificilmente arrendada devido à sua idade e localização, e como não têm rendimentos após a aposentação, vivem só da pensão para idosos, portanto, mesmo com descontos na renda, é difícil suportá-la. Segundo um idoso morador da residência, cobra-se tudo na residência, e não é pouco.

Além das questões relacionadas com a vida pós-aposentação e habitação, a saúde dentária dos idosos também é muito importante. Nos últimos anos, o Governo reduziu várias vezes a idade dos beneficiários do “Programa de instalação de prótese dentária para idosos”

(adiante designado por “Programa”), mas muitos deles foram excluídos por não cumprirem o requisito de acesso ao apoio económico.

O envelhecimento da população de Macau está cada vez mais grave, por isso, é previsível o aumento contínuo das solicitações relacionadas com os idosos. O Governo deve proceder, quanto antes, ao planeamento e à elaboração de políticas e medidas adequadas à tendência do desenvolvimento de Macau, para concretizar o princípio governativo de “dar carinho e apoio aos idosos”.

Assim sendo, apresento as seguintes três opiniões e sugestões:

1. A pensão para idosos é indispensável para garantir a vida pós-aposentação dos idosos. No relatório das LAG deste ano, o Governo aumentou a pensão para idosos para 3900 patacas por mês. No entanto, existe ainda uma certa distância entre o valor base da pensão de velhice e o índice mínimo de subsistência, que os residentes esperam que seja indexado. Sugiro ao Governo que optimize o mecanismo de ajustamento do regime de segurança social, inicie, quanto antes, um estudo sobre a indexação da pensão de velhice ao índice mínimo de subsistência, estude a criação de um regime de aposentação perfeito e reforce as garantias de aposentação da população.

2. A residência para idosos visa melhorar o ambiente habitacional dos idosos que vivem nos edifícios antigos, facilitar a integração dos idosos na comunidade e elevar a qualidade de vida. Por isso, quanto às despesas de utilização, transporte e instalações médicas complementares, é necessário ter em conta as necessidades reais dos idosos. Sugiro ao Governo que reveja a capacidade económica dos idosos aposentados, estude a redução das taxas de utilização das residências e das instalações, reduza a pressão das rendas e concretize o objectivo da política de “os idosos devem ter o sentimento de pertença”.

3. Em Macau, o envelhecimento da população é cada vez mais grave, portanto, é previsível que aumente a procura de próteses dentárias por parte dos idosos. No entanto, muitos idosos vivem da pensão para idosos e não têm outros rendimentos. Mesmo que não preencham os requisitos ou não tenham pedido apoio económico, na realidade, encontram-se com dificuldades económicas. Sugiro ao Governo que realize um inquérito sobre as receitas e despesas dos idosos de Macau, e defina um mecanismo de apreciação adequado, tendo em conta a sua situação económica, para que mais idosos com reais necessidades possam beneficiar do plano de próteses dentárias. Numa perspectiva de longo prazo, sugiro que efectue um estudo sobre o alargamento do programa de subsídio para próteses dentárias a todos os idosos, com vista a reduzir efectivamente os seus encargos económicos.

IAOD do Deputado Ho Ion Sang em 14.07.2025

Dar atenção ao ensino especial e inclusivo de Macau

O ensino especial e o ensino inclusivo são componentes importantíssimos do sistema educativo e têm implicações com o futuro e o crescimento de cada aluno com necessidades especiais, reflectindo a procura e os esforços contínuos da sociedade para concretizar a equidade educativa. Com o aperfeiçoamento do trabalho de rastreio, o número de alunos com necessidades educativas especiais continua a aumentar, mas há ainda espaço para melhorias no ensino especial e inclusivo, nomeadamente no que respeita ao investimento de recursos, à formação do pessoal, à avaliação da eficiência, às oportunidades de prosseguimento de estudos, ao financiamento para a aquisição de equipamentos auxiliares e ao apoio aos pais. Para melhor satisfazer as necessidades dos alunos do ensino especial, promover o seu desenvolvimento integral e criar-lhes um ambiente educativo mais inclusivo, justo e de qualidade, é necessário reflectir profundamente sobre as políticas e medidas existentes e proceder à sua optimização.

Assim, sugiro o seguinte:

1. Reforçar o investimento na criação de turmas pequenas do ensino especial e aumentar, em função da respectiva proporção, o subsídio do plano de financiamento do ensino inclusivo, ajudando as escolas a contratar os respectivos trabalhadores, por forma a otimizar a distribuição do pessoal docente e dos alunos do ensino inclusivo em diferentes níveis de ensino, em prol de melhores resultados.

2. Sugere-se que se reforce o apoio às escolas do ensino inclusivo e a formação dos professores de apoio, dando-se mais atenção à oferta e distribuição dos respectivos recursos humanos, a fim de aproveitar bem as funções dos professores itinerantes, aumentando o seu contributo ao nível da partilha dos recursos e da orientação profissional, com o objectivo de elevar efectivamente o nível e as técnicas dos docentes no âmbito do ensino inclusivo.

3. Espera-se que seja encurtado o tempo que se leva na avaliação dos alunos do ensino inclusivo, para os que necessitam receberem, mais rapidamente, o apoio e a ajuda apropriados. Espera-se também que seja aumentado, relativamente à terapia ocupacional e fisioterapia, o nível destes serviços prestados aos alunos do ensino especial e inclusivo, e que se lute por encurtar o tempo de espera, a fim de assegurar que recebam, quanto antes, o devido tratamento.

4. Sugiro a criação de uma área exclusiva para pais na Conta Única, com vista a prestar apoio mais abrangente aos alunos e aos seus pais. Esta área pode integrar várias funções, por exemplo, fornecer testes *online* para identificar os casos com necessidades de aprendizagem especiais na fase inicial; fornecer vídeos educativos para o desenvolvimento das crianças e com isso ajudar os encarregados de educação a adquirirem conhecimentos e técnicas básicas; fornecer inquéritos para se inteirarem das necessidades e dificuldades reais; criar programas de formação específicos para as crianças, para apoiar o seu desenvolvimento escolar e elevar as suas capacidades, etc. Através desta plataforma seria possível encontrar,

de forma mais eficaz, casos ocultos e, ao mesmo tempo, permitir aos pais obter os recursos e as orientações necessários.

5. Actualmente, os alunos mais necessitados precisam de passar por uma avaliação da sua situação económica para se candidatarem aos apoios na aquisição de material escolar, assim, espero que, no futuro, o “Plano de financiamento para aquisição de equipamentos auxiliares para alunos do ensino especial” possa ser optimizado, ajudando todos os alunos do ensino especial com necessidades, para apoiar plenamente o seu crescimento e progresso na aprendizagem e na vida.

6. Sugiro ao Governo que reforce a comunicação e a coordenação com os serviços competentes do Interior da China, para que os alunos de Macau com necessidades educativas especiais possam frequentar as instituições de ensino superior do Interior da China específicas para alunos portadores de deficiência, para obtermos recursos e apoios educativos mais adequados para estas pessoas e criar mais oportunidades para poderem prosseguir os seus estudos.

IAOD dos Deputados Iau Teng Pio, Pang Chuan e Kou Kam Fai em 14.07.2025

Recordar a epopeia de Macau na resistência contra a agressão japonesa e transmitir o amor pela Pátria e por Macau

Por ocasião dos 80 anos da vitória do povo chinês na guerra contra o Japão e da vitória mundial contra o fascismo, e dos 88 anos do início da guerra de resistência do povo chinês contra a agressão japonesa, comemoramos sentidamente a história e honramos a vitória. Enquanto parte sagrada e inalienável da Pátria, Macau deixou um épico capítulo na grandiosa resistência contra a agressão japonesa, e o seu sentimento de patriotismo, fraternidade e solidariedade merece ser recordado e transmitido para sempre.

Durante esse período, os compatriotas de Macau, que se encontravam em circunstâncias especiais, sempre estiveram apegados à Pátria, promovendo sensibilização para despertar a população e peditórios para apoiar a linha da frente, até mesmo marchando de corpo e alma para os campos de batalha. Edificaram nesta região isolada uma grande muralha de aço para a salvação, e exemplificaram vividamente o espírito indomável da nação chinesa e um profundo patriotismo.

Para melhor transmitir esta valiosa memória e o espírito imortal, e intensificar os valores nucleares do amor pela Pátria e por Macau, propomos o seguinte:

1. Aprofundar o patriotismo e a educação sobre a segurança nacional, construindo uma base sólida para o amor à Pátria. A história de Macau nessa guerra é um compêndio vívido sobre o patriotismo e a segurança nacional. A epopeia dos antepassados revela a dependência da tranquilidade das famílias em relação à segurança do País, e a responsabilidade dos cidadãos. Propõe-se a integração dos feitos heróicos de Macau no currículo das escolas e na educação cívica. Com formas inovadoras, como a dramatização e a interpretação de cenários históricos, deve-se levar os jovens a compreender a fraternidade desta região inseparável, reconhecer a importância da segurança nacional para a prosperidade e a estabilidade de Macau, e consolidar, espontaneamente, a identidade nacional e o conceito geral de segurança nacional. Mais, há que organizar visitas regulares à Guarnição em Macau do Exército de Libertação do Povo Chinês, à Exposição de Educação sobre a Segurança Nacional e a exposições militares, para os jovens sentirem de perto as forças da defesa nacional, e reforçar a capacidade e a vontade de defender a soberania, a segurança e os interesses de desenvolvimento do País, enraizando-se assim o amor pela Pátria e por Macau.

2. Colaborar com a Grande Baía na promoção do espírito da guerra de resistência. Esse espírito de Macau, temperado pelo fogo da guerra – com o coração pela Pátria, o destemor do sacrifício, a união de todos para lutar contra a crise nacional – é um tesouro espiritual precioso. Nos tempos que correm, é premente sublimar este espírito numa força motriz para defender a segurança do Estado e promover o desenvolvimento social. Propomos o lançamento extensivo de palestras temáticas da guerra de resistência, exposições históricas, espectáculos artísticos e culturais, filmagens de documentários e investigações académicas, de modo a contar bem a “história da guerra de resistência em Macau”. Há que aprofundar a

colaboração na Grande Baía: é necessário efectuar, em conjunto com Zhongshan, Zhuhai, etc., estudos sobre a história da guerra de resistência, a par do planeamento da exposição itinerante “Memória da Guerra de Resistência na Grande Baía” e de percursos de educação patriótica, integrando assim tal espírito nos programas de intercâmbio de jovens na Grande Baía e orientando os jovens, através da organização de estudos e práticas conjuntas, a reforçarem, por via de seguir as pegadas dos seus antecessores, a sua responsabilidade na defesa da segurança do Estado.

Mesmo depois dos 80 anos de vicissitudes da vida, recorde-se ainda o espírito da guerra de resistência. Recordar o empenhamento e o sacrifício de Macau no meio de uma crise nacional é um sinal de respeito pelo passado e uma inspiração para o futuro. Aproveitemos os 80 anos da nossa vitória na guerra de resistência como uma oportunidade para aprofundar a educação sobre o nosso país e reforçar a consciência da segurança do Estado, de modo a transformar o espírito da guerra de resistência num forte impulso para promover a implementação estável e duradoura do princípio “Um País, Dois Sistemas”, e criar um novo capítulo de prosperidade para Macau e para a Pátria!

2025-07-14 IAOD

José Maria Pereira Coutinho

“O Governo de Macau deve rever as carreiras dos trabalhadores da linha de frente da Administração Pública de Macau”

Consta das LAG do corrente ano, a criação do Grupo de Liderança da Reforma da Administração Pública liderado pelo Senhor Chefe do Executivo com a missão de executar os trabalhos da reforma administrativa bem como a resolução dos grandes problemas, nomeadamente a revisão dos diplomas legais, reorganização das estruturas orgânicas e respectivas funções bem como melhorar a gestão interna por via da governação electrónica.

Desde o estabelecimento da RAEM, que o Governo de Macau, sempre considerou os trabalhadores da APM, como sendo os seus recursos mais valiosos, devendo concretizar esta “máxima” com medidas concretas, que reconheçam esforço diário dos trabalhadores da linha de frente, encurtando o actual sistema de progressão das carreiras profissionais de modo a poder atingir as metas profissionais antes do limite de idade.

Será necessário rever, as carreiras dos trabalhadores da linha de frente da administração pública de Macau, e lembrar que estes recursos mais valiosos do Governo de Macau contribuíram muito nos três anos de pandemia com esforço físico, total dedicação e empenho ao serviço dos cidadãos.

O Governo de Macau, perante os actuais problemas estruturantes e de gestão deve actuar de imediato e não adiar como tem feito desde o estabelecimento da RAEM. Por iniciativa das entidades públicas, deve resolver-se o problema do não pagamento de horas extraordinárias através das máquinas electrónicas que registam as entradas, saídas e os intervalos dos funcionários para sejam pagas todas as horas extraordinárias derivadas do excesso de trabalho.

Neste momento, calcula-se que centenas, senão milhares de trabalhadores da função pública são obrigados a trabalhar para além do horário normal de trabalho, sem haja o pagamento de horas extraordinárias ou compensação horária. Estes trabalhadores não se

atrevem a queixar às entidades competentes por medo de represálias ou não renovação dos contractos de trabalho.

Outro problema por resolver, tem a ver com a acumulação dos trabalhos dos colegas que se aposentaram ou que se desligaram da função pública e todos outros que se encontram de férias ou de doença ou foram transferidos quer temporariamente ou definitivamente para trabalhar noutros serviços públicos ou noutras localidades. E aqui, também acontece o não pagamento de horas de extraordinárias.

Há serviços públicos que tem falta trabalhadores e não os contrata, mas por outro lado, nestes mesmos serviços públicos, não são autorizados os pedidos legais de aposentação voluntária, cujas vagas, bem poderiam ser supridas por jovens licenciados das universidades da RAEM. O Governo deve ponderar bem estas situações para evitar que o pessoal continue a trabalhar de uma forma desmoralizada.

O Governo de Macau, deve rever com urgência, as carreiras profissionais dos distribuidores dos correios, que lhes somente, é exigido, como habilitações literárias, o ensino primário, como requisito essencial de acesso a esta profissão. De acordo com as informações que obtivemos destes trabalhadores da linha de frente, a maioria deles, são licenciados e dominam as duas línguas oficiais e o inglês bem como outras línguas.

Estes trabalhadores executam tarefas por turnos com horários exigentes, quer faça chuva, sol, ou altas temperaturas como as de hoje. Trabalham com carga física pesada (encomendas e cartas) que provocam lesões por esforço repetitivo e distúrbios osteomusculares nos ombros. Trabalham anos seguidos nestas condições e devido a movimentos repetitivos, posturas inadequadas nos locais de trabalho ou excesso de carga nos ombros resultam em dores, desconforto e limitação de movimentos, sendo classificadas como doenças profissionais.

Simultaneamente, será necessário rever as carreiras do pessoal marítimo, os auxiliares e auxiliares administrativos, os fiscais do IAM e do IH, enfermeiros e técnicos diagnóstico e terapêutica e muitos outros trabalhadores da linha de frente que labutam sob condições de trabalho desafiadoras e remunerações não condizentes com as funções e volume de trabalho.

Este “marcar de passo” ou a excessiva demora nas progressões funcionais dos trabalhadores da linha de frente desmotivam todo o pessoal, destacando-se os condutores de pesados, ligeiros e os que tenham responsabilidade de conduzir carros especiais no combate aos incêndios.

O Governo de Macau, ao dignificar as carreiras profissionais dos trabalhadores da linha de frente eleva simultaneamente a sua imagem de ser um bom “empregador” porque cria um ambiente de trabalho positivo e produtivo, valorizando seus funcionários e promovendo seu desenvolvimento profissional. Isso inclui oferecer condições justas de trabalho, remuneração adequada, oportunidades de crescimento, reconhecimento pelo bom desempenho e respeito pela individualidade de cada um dos seus colaboradores independentemente da sua categoria ser alta ou baixa.

IAOD do Deputado Leong Hong Sai em 14.07.2025

Criar um ambiente de aprendizagem e emprego justo e harmonioso para apoiar o emprego dos jovens com necessidades educativas especiais

Os jovens são o futuro do desenvolvimento de Macau. Para apoiar a integração dos alunos com necessidades educativas especiais na sociedade e nas escolas, o Governo tem reforçado a cooperação interserviços, para aperfeiçoar os mecanismos de apoio e serviços de reabilitação, promover, com os actores da educação, o ensino especial, e rever e otimizar a atribuição dos recursos educativos, assegurando que os jovens com diferentes necessidades tenham acesso a apoios adequados. Isto para concretizar as linhas de acção governativa relativas à optimização do planeamento do ensino básico, à promoção da equidade educativa e ao aumento da qualidade do ensino.

Os jovens do ensino especial são susceptíveis de enfrentar vários desafios no processo de emprego, mas com apoio, recursos e estratégias adequadas, podem também encontrar uma carreira adequada e melhorar a sua autoestima. Os cursos de ensino profissional devem dar maior ênfase ao desenvolvimento da capacidade de independência, competências e atitudes profissionais. Ao mesmo tempo, o sector público deve estabelecer um mecanismo adequado de transição e avaliação, providenciando formação profissional e apoio ao emprego de acordo com as suas capacidades, de modo a ajudá-los a integrarem-se na sociedade.

Assim, apresento as seguintes sugestões:

1. Para rever o ambiente de emprego dos jovens com necessidades educativas especiais, espero que o Governo defina um mecanismo de inquérito sobre a situação de emprego dos jovens de cada faixa etária nos últimos três anos, incluindo a taxa de emprego, o nível salarial, o tipo de posto de trabalho, o perfil académico, o tempo necessário para a procura de emprego e a análise destes dados em comparação com os jovens em geral, para observar, de forma razoável e precisa, a situação de emprego dos jovens em questão e prestar-lhes o devido apoio.

2. Sugiro ao Governo que, tendo em conta a situação real do emprego e as condições locais, implemente medidas de apoio ao emprego dos jovens com necessidades educativas especiais e que, tendo em conta os serviços públicos competentes e as diferentes fases de desenvolvimento da carreira dos jovens, isto é, durante os estudos, a procura de emprego, a fase inicial da carreira e o desenvolvimento profissional, adopte medidas concretas de apoio. Mais, e que avalie e reveja periodicamente os resultados dessas medidas, incluindo a partilha e a articulação dos trabalhos entre os serviços responsáveis, ajustando e planeando atempadamente as medidas, de acordo com as mudanças reais do ambiente social.

3. Sugiro ao Governo que crie, em conjunto com as empresas e os diversos sectores da sociedade, uma “plataforma de apoio ao emprego dos jovens com necessidades educativas especiais”, incentivando as empresas a criarem postos de trabalho e de estágio para os mesmos, de modo a permitir-lhes aprenderem e aplicarem técnicas num ambiente real de

trabalho, em prol da criação de uma base sólida para a sua integração. Além disso, há que prestar-lhes, de forma contínua, serviços de aconselhamento, incluindo o planeamento de carreira, dando-lhes orientações na revisão das suas capacidades e ambições pessoais, para prosseguirem os estudos ou entrarem no mercado de trabalho de acordo com a sua própria vontade.

Por isso, espero que o Governo acelere a integração social dos alunos com necessidades educativas especiais e concretize a visão da política de igualdade e qualidade na educação e no emprego.

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 14.07.2025

Acelerar a digitalização da educação, aperfeiçoar o planeamento e promover o desenvolvimento da indústria educativa e tecnológica local

Com a chegada da era digital, a digitalização da educação implica inovação do modelo de ensino, e é crucial para a competitividade e a diversificação económica. Hong Kong, Shenzhen e alguns países começaram há muito a promover a educação inteligente, o ensino com inteligência artificial e a aprendizagem orientada por dados, com vista a preparar profissionais científicos e tecnológicos para as futuras indústrias. Porém, em Macau, o desenvolvimento é lento, sem planeamento global e orientação política.

Actualmente, a maioria das escolas está equipada com equipamentos informáticos básicos, e os alunos têm acesso à internet, mas a aplicação no ensino deixa a desejar. O nível da digitalização varia de escola para escola, pois algumas têm equipamentos antigos, outras nem plataforma pedagógica nem assistência técnica. Os professores têm muitas dificuldades na concepção de actividades digitais, utilização de ferramentas e integração multiplataforma. O modelo pedagógico é mera digitalização das aulas tradicionais, pois não são potenciadas as vantagens do ensino digital, nomeadamente a interacção, a personalização e a análise de dados. Além disso, falta um quadro ou plataforma política uniformizada, o que resulta na dispersão dos recursos, e faltam ainda medidas complementares para a especialização contínua dos docentes, afectando o nível global da qualidade da educação.

Por outro lado, o ensino digital contribui para aumentar a qualidade do ensino e possui valor económico a longo prazo. A promoção eficaz do ensino digital, não só permite elevar, de forma global, a literacia tecnológica e reforçar a capacidade inovadora dos alunos, como também pode formar talentos locais na área da ciência e tecnologia, com vista a impulsionar, no futuro, a política de desenvolvimento “1 + 4” e a conversão das pequenas e médias empresas através da digitalização, e pode até atrair as indústrias de ciência e tecnologia de educação a estabelecerem as suas bases em Macau, formando um círculo virtuoso de educação e desenvolvimento económico.

Tendo em conta a falta de um plano global para a educação digital e a diferença entre os níveis de digitalização das escolas, o Governo da RAEM deve definir, quanto antes, um plano concreto para esta, e é possível dar arranque à criação de uma “Plataforma de recursos digitais pedagógicos”, sistematizando e normalizando a formação dos docentes no âmbito da digitalização, bem como criar um mecanismo de actualização dos equipamentos escolares e de financiamento. Mais, com o aprofundamento da construção da Grande Baía Guangdong-Hong Kong-Macau, Macau pode também procurar mais oportunidades de cooperação regional na promoção da educação digital, por exemplo, criar, em conjunto com as instituições de ensino superior e empresas de inovação e de tecnologia do Interior da China, de Hong Kong, uma base de formação e intercâmbio de docentes, bem como proporcionar aos estudantes de Macau um ambiente para a prática e a inovação. Por último, o Governo da RAEM deve apresentar planos concretos para a indústria educativa e tecnológica, lançar medidas complementares, incentivar as empresas “*start-ups*” e as

(Tradução)

empresas tecnológicas locais a participarem na investigação e no desenvolvimento da aplicação educativa, e criar um “ecossistema” completo de indústria educativa e tecnológica.

IAOD do Deputado Ngan Iek Hang em 14.07.2025

Cultivar pontos de crescimento económico sustentável

Após a epidemia, ao nível mundial, houve mudanças drásticas no ambiente económico e no modelo de consumo, e, com o rápido desenvolvimento do comércio electrónico e da inteligência artificial, a economia de Macau entrou numa fase crucial de transformação e actualização. Actualmente, as quatro grandes indústrias estão ainda por desenvolver, as PME dos bairros comunitários deparam-se com problemas de exploração e os residentes enfrentam sérios desafios ao nível de emprego. Com o encerramento dos casinos-satélite no final do ano, o desenvolvimento da zona comercial na ZAPE deixa os lojistas das proximidades ainda mais preocupados.

O que merece o nosso reconhecimento é que, nos últimos anos, o Governo tem enfrentado activamente as dificuldades económicas, tendo lançado benefícios ao consumo e ao turismo, PI nos bairros, e medidas de actualização digital das PME. Em breve, vai ser lançado o “Plano económico da primeira loja” para atrair empresas a instalarem-se em Macau. Estas medidas demonstram o empenho e a atitude proactiva do Governo na “construção de plataformas” para as empresas e na melhoria do ambiente de negócios, mas a sua eficácia e sustentabilidade ainda precisam de ser melhoradas. Assim sendo, apresento as seguintes três sugestões:

1. Neste momento, o Governo já lançou várias medidas para dinamizar a economia comunitária, mas, devido à falta de coerência das políticas e de planos de médio e longo prazo, as PME não conseguem responder atempadamente às mudanças das políticas, nem ajustar as suas estratégias comerciais. Veja-se o exemplo das actividades comunitárias sobre PI, em que uma parte dos lojistas só tomou conhecimento da respectiva organização quando se aproximou da sua realização, o que não lhes permitiu participar plenamente nas mesmas. Proponho ao Governo que reforce as políticas e o planeamento prospectivo, e a comunicação com as lojas dos bairros comunitários, divulgue, com a devida antecedência, os pormenores do respectivo planeamento, e lance, ao mesmo tempo, novos produtos e serviços, proporcionando aos visitantes e residentes apoios complementares envolventes para a experiência de fazer *check-in*.

2. O Governo afirmou, recentemente, que ia promover a concepção da estrutura de topo em prol do desenvolvimento de círculos comerciais nos bairros comunitários. Assim, sugiro que, neste processo, se reforce a comunicação e a coordenação com as grandes empresas e as PME dos bairros comunitários, para orientar o desenvolvimento divergente de todas as partes e promover a construção conjunta de zonas económicas com modelos de negócios complementares e ricos em interacções. A par da introdução de marcas de propriedade intelectual (PI) populares, proponho que se criem iniciativas e se preste apoio para integrar as marcas de PI nos bairros comunitários, em conjugação com as características das seis zonas históricas, para injectar uma dinâmica cultural sustentável no crescimento económico.

3. Neste momento, a “economia de concertos” já está numa fase de desenvolvimento, por isso sugiro ao Governo que promova, de forma contínua, o aprofundamento da interacção entre as actividades e a comunidade, e se empenhe na exploração das potencialidades do novo modelo económico, tal como, “Cinema, Televisão e Turismo”. Por exemplo, recentemente, o famoso programa de variedades “Keep Running 13” entrou nos bairros comunitários para filmar e algumas lojas tornaram-se em “pontos quentes”. Sugere-se ao Governo que atraia mais filmes e programas de variedades para serem filmados em Macau, e incentive o sector a desenvolver produtos relacionados com a restauração, hotéis e pontos turísticos, para oferecer aos visitantes uma nova perspectiva sobre o turismo de Macau.

Em suma, perante os desafios e as oportunidades inerentes à nova conjuntura, o Governo deve conjugar esforços com os estabelecimentos comerciais e as associações, mediante um planeamento mais prospectivo e coordenado, com vista ao fomento de polos de crescimento económico sustentável, criando, deste modo, novos postos de trabalho, promovendo a ascensão profissional dos residentes e impulsionando o desenvolvimento económico diversificado e de alta qualidade de Macau.

IAOD do Deputado Zheng Anting em 14.07.2025

Aproveitar as oportunidades de desenvolvimento para acelerar a concretização da diversificação adequada da economia de Macau

Já se passaram quase 26 anos após o Retorno de Macau à Pátria e, com o apoio das políticas nacionais, a economia e a sociedade têm-se desenvolvido a um ritmo acelerado. Quanto ao PIB, registou-se um aumento de cerca de dez vezes, em comparação com o período anterior ao Retorno à Pátria, e o rendimento *per capita* dos residentes aumentou de modo significativo. Com um bom sistema de segurança social, o plano anual de participação pecuniária e um bom ambiente de segurança pública, Macau torna-se numa das cidades mais felizes do mundo.

Contudo, Macau está a enfrentar vários desafios, como a mudança da conjuntura internacional e da estrutura económica local, bem como a saída dos casinos-satélite. O Governo deve aproveitar as oportunidades estratégicas da diversificação adequada da economia, para rever a distribuição das indústrias, reforçar a resiliência económica e, em particular, desenvolver plenamente as vantagens do posicionamento de “Um Centro, Uma Plataforma, Uma Base” e, através da introdução de investimentos de alta qualidade e da exploração do mercado internacional, criar novos pontos de crescimento económico.

Nesta fase crucial da reconversão económica, Macau deve, em primeiro lugar, resolver o problema da eficiência administrativa que condiciona o desenvolvimento. Nos últimos anos, em relação quer à realização dos grandes empreendimentos, à apreciação e autorização das licenças e à coordenação dos assuntos sociais, quer à coordenação do planeamento dos terrenos, a população e as PME queixaram-se da falta de clareza das competências e responsabilidades, das insuficiências na comunicação entre os serviços públicos e da morosidade dos procedimentos, portanto, a eficiência administrativa não conseguiu responder às necessidades do desenvolvimento socioeconómico, e a coordenação entre os serviços públicos carece de melhorias, havendo ainda espaço para melhorar o desempenho da Administração Pública.

Face aos problemas referidos, sugiro ao Governo que apoie a transformação de Macau através dos seguintes três aspectos:

Primeiro, o Governo deve criar uma estratégia sistemática de captação de investimento e de negócios para concretizar o desenvolvimento inovador das quatro indústrias chave; destacar as vantagens institucionais de Macau de “Um País, Dois Sistemas” e promover um desenvolvimento divergente com as cidades de primeira e segunda linha. Quanto à atracção de investidores, o Governo pode aproveitar os recursos industriais na Grande Baía, desenvolver as vantagens de Macau como porto franco e simplificar o procedimento de investimento transfronteiriço. Pode ainda desenvolver as vantagens de “porto franco + zona aduaneira autónoma” para construir um “centro internacional de transacção de dados”; e aproveitar as oportunidades de reconversão das empresas do jogo para desenvolver a economia de convenções e exposições de alto valor acrescentado. O IPIM deve oferecer soluções “personalizadas” para os grandes projectos, e apoios em todos os aspectos,

incluindo, mas não se limitando, a: oferta de terrenos, introdução de talentos, políticas complementares, etc.

Segundo, quanto à reforma administrativa, há que criar mecanismos eficazes de coordenação interserviços, clarificando as competências, responsabilidades e procedimentos. Há que efectuar um levantamento das competências de cada serviço público e implementar um regime com a previsão de que, em matéria interserviços, haja um serviço a coordenar os procedimentos, enquanto os outros colaboram. Mais, há também que elaborar instruções sobre a cooperação interserviços, regulando mecanismos sobre a entrega de documentos, prazos de resposta e resolução de litígios, e publicitar os trâmites, com vista à fiscalização por parte da sociedade.

Por fim, quanto à construção da plataforma, há que aumentar efectivamente as funções da plataforma de cooperação comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Há que criar um sistema de “certificação de Macau”, a fim de disponibilizar a garantia de qualidade e serviços de rápida passagem fronteiriça para os produtos dos países de língua portuguesa (PLP) entrarem no mercado do Interior da China, e até do mundo todo. Há que aproveitar a ocasião da construção de Hengqin para criar um centro de entrepostos aduaneiros e de distribuição dos produtos dos PLP, formando uma cadeia industrial de armazenamento, manufacturação e venda. Há também que formar mais profissionais bilingues, em chinês e português, com vista a fornecer recursos humanos para suportar a construção da referida plataforma. É de crer que, com estas medidas, Macau consiga realizar, plenamente, as suas vantagens no enquadramento nacional de “dupla circulação”, concretizando melhor o desenvolvimento da diversificação económica.

IAOD do Deputado Lam U Tou em 14.07.2025

Reduzir o número de TNR nas seis operadoras de jogo e restringir a sua importação para determinados sectores

Os onze casinos-satélite de Macau vão fechar até final deste ano, e o Governo exige às três concessionárias do jogo que tratem bem e absorvam os 4800 trabalhadores destacados pelas mesmas, garantindo o seu emprego. No entanto, quanto aos 800 trabalhadores locais contratados pelos próprios donos dos casinos-satélite, o Governo limita-se a exigir que sejam estes a dar-lhes um tratamento adequado, e a organizar sessões de conjugação de emprego para os trabalhadores dos casinos satélite. Mas, quanto às lojas nas proximidades das casinos-satélite que, provavelmente, vão encerrar, e aos seus trabalhadores, o Governo apenas afirma que vai realizar, na ZAPE, actividades temáticas de propriedade intelectual por vários meses, e não apresenta outras propostas concretas. Assim, é previsível que a situação económica e de desemprego piore no final do ano.

Sendo o sector do turismo e do jogo a indústria predominante, e com o emprego em recessão, as seis concessionárias do jogo são, naturalmente, a primeira escolha da maioria dos residentes. Nos últimos anos, as referidas concessionárias têm organizado feiras de emprego de grande envergadura, e o Governo implementou o plano “formação + emprego”, mas, segundo muitos candidatos, os resultados não são satisfatórios, porque os empregadores não querem, de facto, entrevistar os candidatos nem contratá-los, e até lhes levantam dificuldades. Muitas vezes, na Conta única há empregadores que anunciam a entrevista, mas o candidato acaba por ser notificado, por telefone, de que “as suas condições não são adequadas e não há lugar a entrevista”, e depois, surge a indicação “falha na entrevista” na Conta única, o que leva a suspeitar que as empresas aproveitam as feiras de emprego como “processo necessário” para depois pedir importação de trabalhadores! Há dias, vários trabalhadores locais do sector do jogo foram despedidos sem justa causa, sem oportunidade de mudar de posto. Houve também jovens que participaram na “formação + emprego” e foram despedidos antes do fim do período experimental. Por isso, a sociedade tem muitas dúvidas se as concessionárias do jogo conseguem absorver os mais de 5 mil trabalhadores dos casinos satélite, e mais, as lojas ao redor dos casinos satélite também vão ser afectadas, assim, é muito provável que Macau venha a deparar-se com uma nova onda de desemprego.

É de realçar que não é verdade que as concessionárias do jogo não têm postos suficientes para locais. Segundo as estatísticas, até ao final de Março deste ano, nas seis concessionárias do jogo havia quase 33 mil trabalhadores não residentes (TNR), número que tem aumentado após a epidemia. Aliás, estabelecendo-se uma comparação entre finais de 2024 e finais de 2022, o número dos TNR nas seis concessionárias do jogo aumentou 73 por cento, mas o dos locais apenas 3 por cento, o que revela que, por muitas que sejam, as feiras de emprego organizadas pelo Governo em nada ajudaram o acesso ao emprego dos locais. Se compararmos o número dos TNR de Março deste ano com o de Setembro do ano passado, há mais 1812 TNR nas seis concessionárias do jogo, mas o número total de TNR em Macau (inclusive os das seis concessionárias do jogo) só teve um aumento de 997, o que significa

que há cada vez mais TNR nas seis concessionárias do jogo, enquanto nas outras empresas diminuíram.

Mais, a sociedade tem criticado algumas concessionárias do jogo e grandes empresas, porque como têm um elevado número de quotas para TNR, não precisam de contratar trabalhadores residentes, mas para suprir a falta de mão-de-obra nas horas de ponta, contratam trabalhadores locais a tempo parcial, adjudicando o serviço a empresas intermediárias para o fazerem em seu nome. De acordo com a lista das empresas/entidades com trabalhadores não residentes, elaborada pela DSAL, em finais do ano passado, uma das empresas intermediárias, reveladas pelos residentes, contava com 3030 trabalhadores residentes. Isto demonstra que é facto irrefutável a contratação de trabalhadores locais a tempo parcial para suprir a insuficiência de TNR. Assim, como é possível o Governo salvaguardar a prioridade dos trabalhadores locais no acesso ao emprego?

Recentemente, aquando da renovação do contrato com a SLOT — Sociedade de Lotarias e Apostas Mútuas de Macau, Limitada, o Governo afirmou ter um plano de redução de 15 por cento das quotas de trabalhadores não residentes, comprometendo-se primeiramente a reduzir as actuais quotas de 35 por cento de trabalhadores não residentes não especializados até ao final do primeiro trimestre do próximo ano, ou seja, num total de cerca de 26 quotas, sendo posteriormente promovidas, de forma ordenada, as medidas de redução de quotas destes trabalhadores. Actualmente, o número de trabalhadores não residentes nas seis concessionárias do jogo representa cerca de 30 por cento do número total de trabalhadores, sendo que o número mais elevado de trabalhadores não residentes numa concessionária do jogo se aproxima dos 34 por cento. O Governo deve, assim, estender a medida da redução das quotas de trabalhadores não residentes às seis concessionárias do jogo, reduzindo, o mais rápido possível, para metade os cerca de 33 mil trabalhadores não residentes actualmente empregados pelas seis concessionárias do jogo, de modo a libertar mais postos de trabalho para os residentes. Face à dificuldade dos residentes em encontrar emprego, e ao facto de o encerramento dos casinos-satélite no final deste ano poder vir a afectar ainda mais o mercado de trabalho, o Governo deve também deixar de importar trabalhadores não residentes para empregos nos sectores bancário, da saúde e das tecnologias da informação, bem como nas grandes empresas, nas quais os residentes pretendem ingressar e têm competências para o efeito, permitindo-lhes, nos termos da lei, encontrar empregos com rendimentos e perspectivas razoáveis.

IAOD dos Deputados Chui Sai Cheong, Vong Hin Fai e Chan Iek Lap em 14.07.2025

Nos últimos anos, com vista a enriquecer o “cartão-de-visita dourado” de Macau como metrópole internacional, o Governo tem-se empenhado no aprofundamento dos trabalhos de integração intersectorial do “Turismo +”, na consolidação do mercado da Grande China, na expansão das fontes de turistas internacionais e na construção de Macau como “Centro Mundial de Turismo e Lazer”, em articulação com o plano de desenvolvimento da diversificação adequada da economia.

Segundo os dados estatísticos, após a pandemia, registou-se um aumento anual do número de turistas e, em 2024, Macau recebeu cerca de 34,93 milhões de visitantes. Para os turistas é essencial dispor de uma rede estável de Wi-Fi, gratuita e de alta velocidade, e o serviço “Wi-Fi GO”, lançado pelo Governo, cobre, de facto, toda a cidade, incluindo mais de 500 pontos e centros modais de transportes, como o Aeroporto Internacional de Macau e todos os outros postos fronteiriços, portanto, o Governo já dispõe de alguma experiência prática na construção de redes públicas de Wi-Fi. Mais, a indústria tecnológica de Macau tem-se desenvolvido rapidamente, possuindo reservas técnicas em áreas como a rede 5G e a Internet das coisas, fornecendo uma garantia tecnológica sólida para a construção da rede global e uma base tecnológica para promover a construção de Wi-Fi gratuito em toda a cidade. Se isso for feito, vai aumentar a competitividade de Macau no mercado internacional de turismo, atraindo mais visitantes, e impulsionar o desenvolvimento das indústrias relacionadas com a hotelaria, restauração e venda a retalho, entre outras.

Olhando para o mundo todo, muitas cidades turísticas conseguiram, com sucesso, uma cobertura de Wi-Fi gratuita, e a rede sem fios estável e de alta velocidade tornou-se numa infra-estrutura importante do sistema moderno de serviços turísticos. A rede sem fios gratuita não só consegue satisfazer as necessidades reais dos visitantes na consulta imediata de informações turísticas e posicionamento de navegação preciso, como também pode expandir a influência da marca turística de Macau através da divulgação nas redes sociais. Para os residentes locais, a rede sem fios gratuita em toda a cidade vai melhorar eficazmente o nível de digitalização dos serviços públicos, proporcionando um suporte importante para a construção de uma cidade inteligente e o desenvolvimento inovador da economia digital.

Para o efeito, propomos que, no prazo de três anos, o Governo da RAEM promova, gradualmente, a implementação de Wi-Fi gratuito em toda a cidade, elabore um plano pormenorizado sobre a construção da rede, concretize, faseadamente e por zonas, a sua cobertura total, e reforce a sua divulgação e promoção, para aumentar o conhecimento e a utilização da rede gratuita de Wi-Fi por parte dos residentes e turistas. Ao mesmo tempo, deve criar e melhorar o mecanismo de fiscalização da qualidade dos serviços de rede, assegurando a estabilidade e a segurança da rede gratuita de Wi-Fi, para que esta, em toda a cidade, se transforme num novo cartão-de-visita para o desenvolvimento turístico de Macau.

IAOD da Deputada Leong On Kei em 14.07.2025

Nos últimos anos, o desenvolvimento integrado entre o desporto e a indústria de convenções e exposições tornou-se uma tendência global para as cidades promoverem a reconversão económica e o desenvolvimento de alta qualidade. Enquanto elemento essencial da estratégia de desenvolvimento diversificado da economia, Macau, beneficiando da experiência operacional e os recursos de marca acumulados ao longo dos anos na organização de grandes eventos desportivos internacionais, complementados pelos prémios consecutivos obtidos na área de convenções e exposições internacionais, determinou a instalação progressiva de *hardware* e actualização dos sistemas de serviços, criando assim bases sólidas para um desenvolvimento integrado mais profundo, uma vez que estamos perante uma oportunidade crucial advinda da realização da 15.^a edição dos Jogos Nacionais. Para além disso, conforme consta do recente “Relatório Anual da Associação Internacional de Congressos e Convenções (AICC) sobre o Mercado de Congressos Internacionais 2024”, o número de convenções internacionais realizadas em Macau e reconhecidas pela AICC registou, em 2024, um crescimento de 50% face ao período homólogo, ascendendo a cidade ao 14.^o lugar no *ranking* da região Ásia-Pacífico, o que evidencia a progressiva consolidação da sua competitividade no mercado internacional neste âmbito. Na resposta a uma interpelação oral minha, foi referido que, com base nos recursos de *hardware* e *software* do sector de convenções e exposições de Macau, se vai proceder ao enriquecimento do modelo integrado “indústria + convenções e exposições”. Perspectiva-se que, no futuro, Macau venha a aprofundar continuamente o seu desenvolvimento integrado, criando eficazmente um ecossistema industrial de promoção mútua e simbiose, expandindo, assim, o leque da conjuntura de desenvolvimento económico diversificado e de alta qualidade.

O “Plano de Desenvolvimento da Diversificação Adequada da Economia da Região Administrativa Especial de Macau (2024 – 2028)” define claramente que Macau irá caminhar no sentido de se tornar num destino regional de convenções e exposições, com uma imagem nítida de “Cidade do desporto”, o que constitui um suporte político e estratégico para o desenvolvimento integrado do “Desporto + Convenções e Exposições”. Em articulação com a organização da 15.^a Edição dos Jogos Nacionais, o Governo afirmou que ia aproveitar a oportunidade dos eventos desportivos para organizar convenções e exposições, fóruns industriais, etc. Assim, espera-se que os serviços competentes promovam, de forma ordenada e activa, os respectivos trabalhos, aproveitando o estilo oriental dos Jogos Nacionais, para se criar um ecossistema industrial impulsionado por “Desporto + Convenções e Exposições” e, através do reforço da cooperação com as empresas, associações e instituições locais, integrar recursos multifacetados e criar sinergias, para promover a integração profunda entre o desporto, as convenções e exposições, e as indústrias conexas, dinamizando ainda mais a vitalidade das indústrias urbanas.

Numa perspectiva de longo prazo, o Governo deve definir planos prospectivos para o desenvolvimento integrado do “Desporto + Convenções e Exposições”, clarificar os objectivos de desenvolvimento, melhorar a estrutura industrial, pormenorizar as políticas de apoio, promover a integração ordenada das duas indústrias, através de um planeamento de nível superior, sem barreiras industriais, e promover a partilha de recursos bem distribuídos,

(Tradução)

consolidar os principais recursos de ambas as partes, formar uma nova estrutura de indústria integrada com forte dinâmica e ampla abrangência, elevando ainda mais a competitividade e a atractividade de Macau enquanto local de realização deste tipo de eventos, rumo a uma cidade de convenções e exposições integradas e de marca desportiva com influência internacional.

IAOD do Deputado Chan Hou Seng em 14.07.2025

Aperfeiçoar o planeamento de carreira e redefinir o sucesso

Com o calor, chegou o período das graduações, e os jovens graduados estão a entrar na sociedade, e vão enfrentar a reestruturação industrial, a reconfiguração da vida pela ciência e tecnologia, e os desafios resultantes da oscilação da economia mundial. O Governo dá grande importância ao emprego dos residentes e criou o Grupo de Trabalho para a Coordenação da Promoção do Emprego, tendo lançado planos de apoio ao emprego dos jovens na Grande Baía e na Zona de Cooperação, concedendo um subsídio mensal de cinco mil patacas, em prol de maior espaço profissional. Os serviços de educação anteciparam as orientações sobre o planeamento de carreira para o terceiro ano do ensino secundário, para destacar a prevenção.

Assim, apresento quatro sugestões:

1. Criar um planeamento de carreira para todos os círculos de vida

Apoio as autoridades educativas na extensão do planeamento de carreira ao ensino secundário geral, na transmissão de pensamento positivo aos alunos e na criação de um mecanismo de prevenção da ansiedade. No ensino secundário geral, há que dar importância ao experimentar, convidando trabalhadores excelentes a entrar nas aulas, para os alunos sentirem a criação de valor através do trabalho, para acabar com os preconceitos quanto à superioridade profissional e demonstrar a diversidade profissional. No ensino secundário complementar, há que atender às quatro indústrias principais, incluir módulos de análise das tendências industriais e ajudar os alunos a elaborar o roteiro de desenvolvimento pessoal. Já nas universidades, há que promover o sistema dual de “aulas + empresa”, implementar a formação remunerada, e incentivar a inclusão do estágio no cálculo de créditos, para as empresas encontrarem os talentos de que precisam, e acelerar a integração dos jovens no mercado de trabalho.

2. Valorizar a diversidade e definir o sucesso

Há que acabar com o único critério de sucesso, que depende apenas das habilitações literárias, do salário e da estabilidade. Na parada do Dia Nacional, desfilaram representantes dos estafetas de encomendas e *takeaway*. Assim, devemos propagar o valor social de que a contribuição de cada um e as profissões são todas iguais. Há que incentivar os jovens a fortalecer-se, de acordo com os seus interesses e capacidade e as necessidades da sociedade, a procurar a verdade nos factos, e a encontrar a harmonia interna e uma vida equilibrada, seguindo carreiras diversificadas. Propõe-se que a “contribuição diversificada” seja integrada no regime de condecoração, para galardoar trabalhadores de base pelo seu profissionalismo. Isto, para estender a distinção aos exímios de todas as profissões, reforçar o sentido de honra, e transmitir a mensagem de que o Governo e a sociedade valorizam o profissionalismo e o trabalho.

3. Tomar decisões com base em dados técnicos

Há que dar importância à potencialidade interdisciplinar dos jovens e criar uma base de dados de conjugação profissional. Há que publicar periodicamente dados sobre a qualidade do emprego dos jovens, divulgar a mediana salarial e a estabilidade do emprego, criar um sistema de alerta para lacunas profissionais, e ajustar dinamicamente os recursos. Há que elaborar um “plano de escolta no emprego”, e oferecer formação pré-emprego e orientação no trabalho. Há que incentivar as empresas a indicarem o roteiro de desenvolvimento dos postos de trabalho e as vias de promoção, e definir um salário-base razoável, no sentido de responder efectivamente às necessidades de vida dos jovens.

4. Aperfeiçoar as garantias legais para o trabalho por conta própria, por assalariamento e a tempo parcial

Cada vez mais jovens trabalham por conta própria, por assalariamento ou a tempo parcial, e os modelos de trabalho são cada vez mais diversificados. A alteração atempada das leis e regulamentos pode proteger melhor os direitos e interesses das partes laboral e patronal, alcançando-se assim o equilíbrio entre as necessidades pessoais e o desenvolvimento das empresas.

Os jovens são o futuro do País, e a vida da população é a filosofia mais importante. Há que seguir o desenvolvimento do País, apoiar plenamente o Governo da RAEM, e promover empenhadamente as indústrias e a reforma no emprego. Há que atribuir à palavra “sucesso” significados modernos, para todos os tipos de esforço e dedicação serem respeitados, e os jovens contribuírem para o País e a RAEM.